Revista da Extensão

Jul. 2020 / n. **20**
ISSN 2238-0167

Entrevista com **José Jorge de Carvalho**

Caleidocampo: (multi)olhares na Educação do Campo e Ensino de Ciências

Relendo Passo Fundo: a valorização da cidade e do patrimônio

Escrita Criativa: subjetividade e interação

Os Caminhos do Projeto "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: uma mirada para os acervos históricos"

Diversos Corpos Dançantes: criando cultura e empoderando comunidades através da dança

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial na visão do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRGS
PROREXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Apresentação

Nós, que produzimos a **Revista da Extensão**, já debatemos internamente a necessidade de lançarmos as nossas edições inteiramente digitais, sem exemplares impressos. Esta edição, caros leitores, é a primeira 100% online. Não apenas porque imprimir representa um gasto a mais para uma instituição que já vem sofrendo cortes de orçamento, não apenas porque é mais correto ecologicamente, mas porque as condições do mundo em 2020 nos impuseram essa necessidade.

Este é apenas um pequeno exemplo de mudança que a pandemia causou em nossa rotina. Outros, muito mais relevantes, têm nos sido impostos diariamente, desde meados de março. A Universidade inteira parou suas atividades presenciais, mas, virtualmente, não deixou de funcionar. Em nosso canal no YouTube, temos trazido, desde o início da pandemia, vídeos com iniciativas muito criativas de nossos extensionistas para oferecer trabalho e conteúdo de qualidade enquanto o isolamento social for a nossa realidade e necessidade.

A **Revista da Extensão** deste semestre é mais um caso de trabalho feito à distância, virtualmente. Trabalhos de diferentes áreas do conhecimento são trazidos mais uma vez aqui, mostrando a excelência da atuação de nossos acadêmicos – não apenas da UFRGS, mas também com contribuições externas que muito enriquecem o nosso espaço.

E, como o mundo não parou, mesmo com a pandemia, a pauta do combate ao racismo veio à tona no planeta todo, após o revoltante assassinato do norte-americano George Floyd, em Minneapolis. Também por isso, trazemos nesta edição a íntegra da entrevista que realizei em meados do ano passado com José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília. Em 2004, durante a quinta edição do Salão de Extensão, o professor José Jorge protagonizou provavelmente a primeira mesa a abordar o assunto das cotas raciais na história da UFRGS. Em princípio, a conversa do ano passado serviria para uma matéria a respeito deste debate de 2004 para o livro "Salão de Extensão: 20 anos de histórias", o qual tive a felicidade de escrever contando a história de duas décadas do evento. Mas a entrevista ficou tão rica que achamos por bem publicá-la inteira – e ainda acrescentamos uma pergunta a ele sobre o assassinato de Floyd, para darmos a ela a atualidade que merece.

Que todas essas redes virtuais que se formaram, que toda a situação triste que nosso país tem enfrentado, que tudo o que tem acontecido, nos torne mais fortes e, principalmente, melhores. Esse é o desejo meu e certamente de todos que têm tido a resiliência de encarar dia após dia essa enxurrada de notícias pesadas, onde a contagem de mortes vira uma estatística que mostra nosso fracasso enquanto sociedade. Será que ainda há tempo de corrigir esse rumo? Sempre há. Por isso estamos aqui, mais uma vez. Porque a vida não para, e a Extensão também não – desde que com todos os cuidados, é claro.

Vai passar!

Vicente Fernandes Dutra Fonseca
Editor Assistente

Editorial

Revista da Extensão

Vivemos um momento ímpar no Século XXI. Estamos experimentando a difícil tarefa de sermos protagonistas da História imediata e não apenas leitores de uma História do passado. Enquanto ainda nem conseguimos entender o que está acontecendo, já estamos tentando reinventar nossas vidas, estabelecendo novas rotinas e aprendendo novas formas de comunicação e relacionamento.
A Pandemia da Covid-19 nos pegou em cheio, sem termos estudado o roteiro antes.

A extensão universitária, acostumada a reinventar a vida, os modos de fazer e a interlocução da academia com a sociedade, continuou estabelecendo seus vínculos, atuando na realidade e refletindo sobre suas práticas. Seja em seus projetos já estabelecidos, agora com novos formatos e ferramentas, seja à frente do combate à pandemia e às desigualdades que foram ressaltadas com a crise sanitária que atingiu a economia, a educação, em síntese, a vida em sociedade.

Já antes do período de isolamento social imposto pela crise, estava em debate a capacidade de mantermos a impressão da **Revista da Extensão** e a possível adesão ao formato digital, não apenas como mais uma opção, mas como formato definitivo, ou seja, sem impressão gráfica em papel. Antes de tomarmos a decisão, a suspensão das atividades presenciais nas universidades impôs a escolha e, já nesse número, apresentamos essa edição que vem apenas de maneira digital.

Também no formato virtual têm sido nossas atividades de Extensão. Novas ferramentas, vídeos ao vivo – lives – entrevistas, produções audiovisuais e reuniões remotas têm sido nossas rotinas e, assim, a Extensão e a Universidade como um todo não pararam nunca!

Nossas demandas por construir novos conhecimentos e transformar a sociedade seguiram vivas e a realidade ainda mais desafiadora. Identidades, representatividade, justiça social, racismo, violência, desenvolvimento, saúde, sustentabilidade e desigualdade social continuam, alguns infelizmente, na ordem do dia.

Esta edição traz um pouco dessa vida que pulsa. Nas considerações sobre diálogos interculturais, saberes populares, diversidade cultural e outras epistemologias de José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília, nosso entrevistado. Nos projetos e programas que, nos mais diversos campos da realidade, a partir de diferentes áreas do conhecimento e pontos de vista, que fazem da Extensão essa trama feita de muitos fios que se cruzam e fortalecem a função social, o Ensino e a Pesquisa nas universidades.

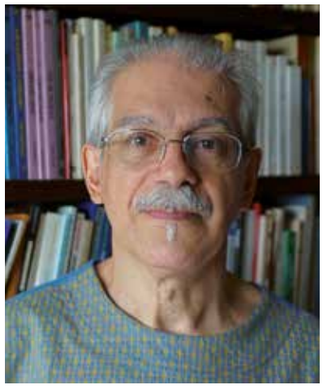
Façamos a História como sujeitos, façamos de nossa existência e trajetória uma possibilidade e não um fato consumado. Façamos da Extensão a ferramenta para esse caminho onde cabem todos e todas, onde o conhecimento contemple múltiplas epistemologias e as Ciências estejam a serviço da vida. Cuidemos de nós, cuidemos uns dos outros. Cuidemos da Vida.

Fique em casa, use máscara, nos veremos em breve! Boa leitura.

Claudia Porcellis Aristimunha
Editora

Sumário

Entrevista com
José Jorge de Carvalho

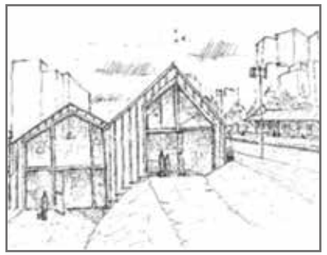


04

Caleidocampo: (multi)olhares na Educação
do Campo e Ensino de Ciências

10

Relendo Passo Fundo: a valorização
da cidade e do patrimônio



19

Escrita Criativa: subjetividade e interação

27

35

Os Caminhos do Projeto "Memórias do Movimento
Estudantil da UFRGS: uma mirada para os
acervos históricos"

42

Diversos Corpos Dançantes: criando cultura e
empoderando comunidades através da dança

52

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial
na visão do Núcleo de Extensão
em Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri

Entrevista com
José Jorge de Carvalho

Entrevista: Vicente Fonseca
Fotos: Divulgação

Revista da Extensão: De acordo com o pró-reitor de Extensão da UFRGS em 2004, Fernando Meirelles, sua fala marcou a primeira vez em que se debateu sobre cotas na UFRGS. Como foi a recepção a este debate na época, por se tratar de um tema novo para a comunidade universitária?

José Jorge de Carvalho: Rememorando, considero que a recepção àquela palestra foi extremamente positiva, a julgar pela longa lista de pessoas que se pronunciaram, entusiasmadas, durante o debate. Eu não sabia se o tema das cotas seria bem recebido, mas o Professor Meirelles, ao convidar-me, devia ter captado uma expectativa que surgiu em praticamente todas as universidades federais naquela época, provocada em boa medida pela aprovação das cotas na UnB em junho de 2003: se uma federal tinha aprovado cotas para negros e indígenas, cada uma das demais teria então que decidir se seguiria ou não o rumo que adotamos aqui em Brasília. E naquele momento, a reação contra as cotas era muito forte entre os professores, inclusive entre os que se viam como progressistas pois, para muitos deles, a necessidade de cotas parecia decretar a falência da proposta de universalização do ensino público.

Meirelles conduziu o debate com equilíbrio, acolhendo a diversidade de posições do público sobre o tema. Estrategicamente, o título da minha palestra não indicava a necessidade de discorrer sobre as cotas: "A Prática da Extensão como uma Ampliação dos Saberes Não-Ocidentais na Universidade." Contudo, o clima acolhedor facilitou a colocação dos argumentos em favor das cotas e das principais objeções contrárias sem excessos de polarização, que surgiram mais adiante em outros eventos na UFRGS de que participei. A impressão final foi a de que o tema seria encaminhado para discussão na universidade e algum dia submetido à deliberação do Conselho Universitário. Os indícios dessa reação positiva à palestra no Salão, pelo que pude perceber, foram pelo menos dois: o primeiro foi o convite para o seminário "Valorizando a Diversidade: Implementando as Ações Afirmativas na Educação", durante o Fórum Mundial de Educação, com a presença da então Reitora Wrana Panizzi no dia 30 de julho do mesmo ano, dois meses apenas após a abertura do debate no Salão de Extensão. O título da minha conferência em julho foi mais explícito "As ações afirmativas como forma de combater o racismo acadêmico". A fala da Reitora, ainda que pautada por uma compreensível discrição em relação às suas convicções pessoais acerca do tema, reiterou a disposição da UFRGS para discutir o sistema de cotas. O segundo indício foi a movimentação dos estudantes, professores e servidores que constituíram o Grupo de Ações Afirmativas da UFRGS no ano seguinte.

Anterior ao tema das cotas, coloquei na palestra a questão da "crise da academia eurocêntrica", incapaz ou resistente a incluir os saberes dos nossos povos e comunidades tradicionais, como os negros, indígenas, quilombolas, entre outros. Ao tocar esse tema, abri, também pela primeira vez, o segundo movimento que passamos a

desenvolver em 2010 a partir do INCT de Inclusão: o Encontro de Saberes, que pode ser considerado como cotas epistêmicas. Ou seja, propusemos as cotas antirracistas para os jovens negros e indígenas, e as cotas epistêmicas para incluir na docência os mestres e mestras dos saberes tradicionais indígenas, afro-brasileiros, das culturas populares, etc. Visto em retrospectiva, o título escolhido por Fernando Meirelles foi deveras premonitório, pois esbocei a primeira proposta concreta de inclusão dos mestres de saberes não-ocidentais nas universidades somente em dezembro de 2004, após aquele memorável evento na UFRGS. Além disso, é motivo de muita alegria poder mencionar, agora, que a UFRGS faz parte, desde 2015, da rede de universidades que já implementaram o Encontro de Saberes, e sempre com grande sucesso.

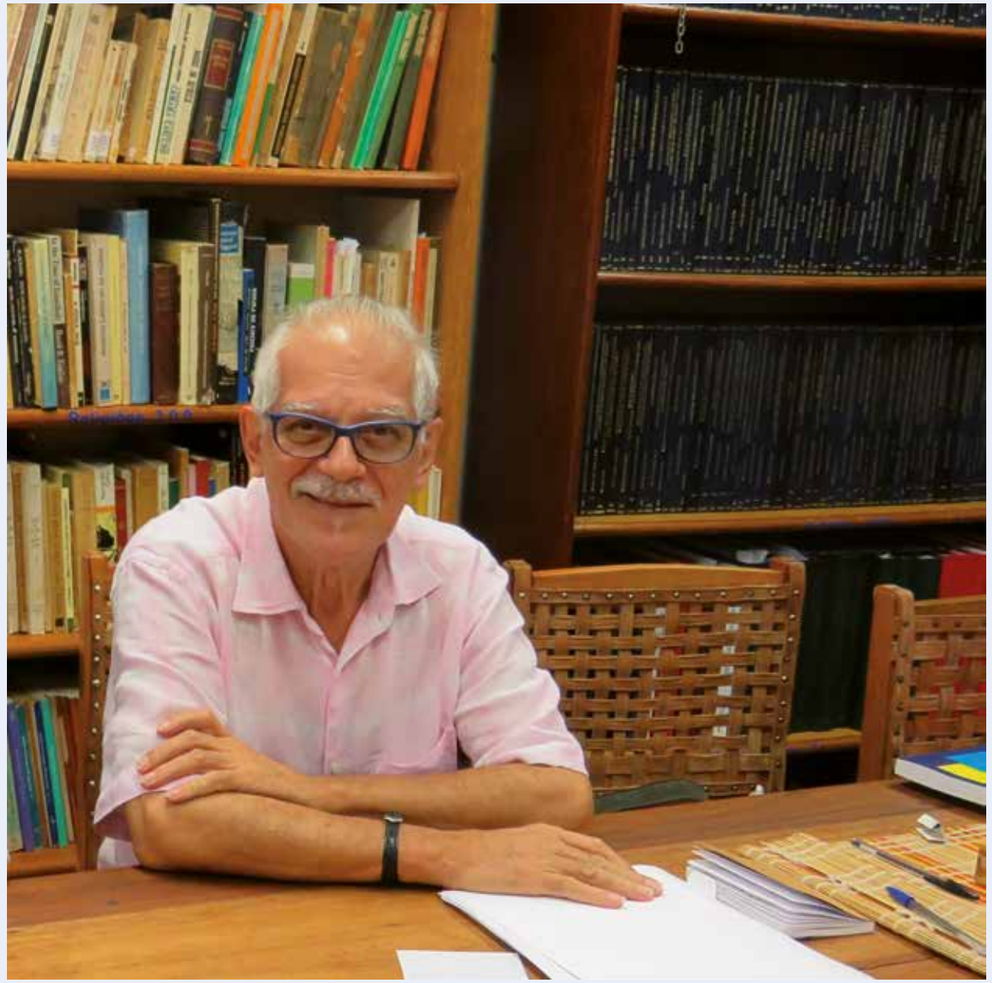
Revista da Extensão: Passados 15 anos daquele seminário, como o senhor se sente diante do pioneirismo que o seu debate trouxe para a Universidade?

José Jorge de Carvalho: 15 anos depois, admito o inegável pioneirismo daquele debate e acredito que ele aponta para um espírito de época: um modelo de universidade segregada étnica e racialmente que vigia na UFRGS até 2004 (como vigia também na UnB, em 1999, quando iniciamos a campanha das cotas), foi questionado através de uma iniciativa da sua própria administração, e uma cunha foi aberta naquela porta historicamente trancada para os negros e os indígenas. Essa longa história de luta pelas cotas reitera o pioneirismo da Extensão, contraposto, conforme discutimos naquela ocasião, por um silêncio cauteloso das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação com relação ao tema.

Revista da Extensão: A Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), produz eventos como a Semana da África na UFRGS, além de trabalhar em várias outras ações de combate ao racismo. Qual a importância da extensão universitária nesta luta, especialmente no cenário atual, no qual seu papel na sociedade tem sido fortemente atacado pelo novo governo federal?

José Jorge de Carvalho: A Extensão carrega a vocação de ser um espaço de vanguarda, porque ousa dialogar mais de perto, mais intensamente e com maior compromisso e engajamento, inclusive, com a sociedade em toda a sua diversidade. Não por acaso, as propostas de superação do nosso eurocentrismo extremo e da colonização epistêmica das nossas universidades costumam surgir dos projetos de Extensão. A Semana da África é um grande exemplo e aponta para a necessidade de uma revisão radical dos projetos curriculares de praticamente todos os nossos cursos e de inúmeras disciplinas nas áreas de Humanidades, Artes, Letras, Educação, Arquitetura, Saúde, Ciências Agrárias, entre tantas outras. Por outro lado, o combate ao racismo acadêmico deve ser tarefa nossa prioritária, pois o racismo da sociedade irradia para o interior dos campi universitários, e as ações antirracistas como estas promovidas pela Extensão podem não somente neutralizar o racismo intracampus, mas também irradiar o antirracismo de volta para a sociedade. Em suma, um ambiente universitário menos racista contribui para uma maior consciência da importância do combate ao racismo na sociedade como um todo.

O antirracismo pode ser considerado como emblemático do papel da Extensão de vincular a universidade, como instituição do Estado, com a sociedade. Ela não somente é um emblema como também um termômetro da capacidade e interesse do Estado em ouvir e atender às demandas colocadas pelas comunidades. Cabe à Extensão, no seu papel de vanguarda da promoção da diversidade nos claustros acadêmicos, resistir aos ataques do governo e ser fiel ao seu compromisso com os dois polos por onde transita o saber acadêmico: o Estado e a sociedade. A África é o continente negado no Brasil, pois falar da África significa encarar nossa



dívida histórica pela escravidão, e nossa academia ainda foge de discutir o tema inevitável e cada vez menos inadiável das alternativas e modelos de reparação. A Semana da África deve ser um evento de Extensão generalizado no Brasil até que cheguemos a um Plano de Metas Geral de Reparação pelos danos da escravidão, incluindo sistema de cotas na Pós-graduação, na docência, nas carreiras de pesquisa, nos cargos de representação política e em todos as demais áreas da sociedade até alcançarmos a igualdade racial plena.

Revista da Extensão: Qual a importância de uma universidade federal brasileira comemorar duas décadas de difusão de sua extensão em um evento, considerando o cenário atual?

José Jorge de Carvalho: Se o termo agregador de 2004 podia ser "incluir", tendo como "cotas" o significante mestre da cadeia de significantes da luta pela inclusão, o termo agregador do presente é inegavelmente "resistir" e o significante mestre da atual mobilização em defesa das universidades pode ser "ensino público". Comemorar duas décadas de Extensão é colocar em circulação a

memória da inclusão pelas cotas; e ao disseminar essa história positiva, ampliamos a consciência da capacidade da universidade de formular respostas e soluções para problemas e crises acumuladas pela ausência de um pacto social minimamente justo e igualitário desde a fundação da nossa República.

Comemorar duas décadas do trabalho de Extensão significa renovar o propósito de atuar continuamente em pelo menos três frentes: a) acolher os excluídos do nosso mundo acadêmico secularmente elitista e racista (negros, indígenas, quilombolas, pobres, entre outros); b) transmitir o saber acadêmico para as comunidades através de projetos e práticas extensionistas colaborativas e participativas; c) trazer os mestres e mestras dos saberes tradicionais para ensinar em disciplinas regulares através do Encontro de Saberes.

Hoje, mais do que nunca, é necessário reafirmar este compromisso de uma universidade pública disposta a escutar as carências e urgências de uma sociedade que luta, desde seus primórdios e sempre com dolorosos retrocessos, para construir igualdade social, racial e cidadania para todos.

Revista da Extensão: Recentemente, após o assassinato do negro norte-americano George Floyd por policiais brancos, a bandeira do antirracismo parece ter entrado em evidência como há muito tempo não víamos, em vários países do mundo. Como o senhor vê este movimento? Ele pode se tornar um marco importante na luta contra o racismo aqui no Brasil?

José Jorge de Carvalho: Acredito que um impacto considerável ocorreu logo após a onda de protestos iniciada nos Estados Unidos e da sua repercussão internacional. Certamente vem crescendo nos últimos meses no Brasil o número de debates públicos com participação significativa de negros e negras intelectuais. Quanto à sua continuidade, obviamente não disponho de elementos para prever, porém acredito que protestos a partir de incidentes dramáticos crescem mais naquelas sociedades que já haviam feito um trabalho prévio de conscientização, crítica e mobilização. A derrocada das estátuas de escravistas, por exemplo, pode se conectar com a luta pela implementação da Lei 10.639, por exemplo, que demanda uma releitura da narrativa histórica racista que é ensinada ainda hoje nas nossas escolas e universidades. Tivemos essa discussão há uns oitos anos atrás a propósito da distribuição nas escolas do livro *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato. Se aquele questionamento tivesse surgido agora, sua repercussão pública seria muito maior do que naquele momento.

Por outro lado, acredito que o assassinato de George Floyd fez intensificar a luta pelo fim da violência policial contra a população negra (principalmente jovem) no Brasil, certamente um dos sintomas mais grotescos da patologia social do racismo brasileiro. Um sinal que pode fortalecer a nossa luta antirracista é uma atitude nova, que antes não existia, mas que começa a aparecer, de perceber a violência racial brasileira como expressão de uma atitude de governo, dado o discurso racista explícito de suas lideranças. Na medida em que o racismo deixa de ser visto como uma série de incidentes sociais difusos e vai assumindo uma feição política, de regime mesmo – como ocorreu na África do Sul na época do *apartheid*, e nos Estados Unidos durante os direitos civis e atualmente como um signo da era Trump -, a luta antirracista no Brasil vai assumindo contornos de luta contra o fascismo e pela implementação de um estado de direito que jamais alcançamos plenamente. E neste sentido, ela tem condições de crescer mais amplamente entre os brancos preocupados com o futuro da nação, para que seja democrática e com direitos iguais para todos. É possível, assim, que a violência racista tenha se tornado mais visível no Brasil ultimamente, e a reverberação do assassinato de George Floyd expressou nitidamente essa tendência.

Revista da Extensão: Caso o senhor tenha mais alguma consideração a respeito da temática ou de sua participação no Salão de 2004, fique à vontade. Se houve alguma história curiosa que o senhor lembra a respeito do evento, é bem-vinda para ser contada em nossa publicação!

José Jorge de Carvalho: A maior dádiva, para mim, daquela ida ao Salão foi a oportunidade de construir uma longa e contínua relação de colaboração e amizade com a comunidade da UFRGS, que sempre me recebeu, durante todos esses anos, com muito carinho e fazendo-me sentir em casa.

Enumero algumas participações relacionadas com o evento da Extensão.

Aproveitando a ida ao Fórum Mundial de julho de 2004, fui convidado pela Professora Wrana para falar sobre as cotas para os Pró-reitores e membros do Conselho Universitário, sob a condução do Professor Carlos Alexandre, em um evento fechado onde também estiveram presentes a professora Renita Klusener e os professores José Carlos dos Anjos e Otávio Catafesto. Ainda naquela ocasião, dei a aula inaugural do Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares, coordenado por Enilza Garcia, na Faculdade de Educação da UFRGS. Em dezembro de 2005 lancei meu livro *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*, no Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas, sob a condução do Ex-Reitor José Carlos Henemann. Fiz também várias reuniões inspiradas com o GT de Ações Afirmativa da UFRGS, desde o seu início: com Luanda Sito, Tatiana Rodrigues, Junara Nascentes, Laura López, Lúcio Centeno, sob a liderança do Professor José Carlos dos Anjos; mais reuniões e trocas com Rita Camisolão, José Antonio dos Santos, Edilson Nabarro, Sinara Robin e a Professora Denise Jardim. Fiz também palestra sobre as cotas no Departamento de Antropologia, e anos depois uma aula inaugural da Psicologia. Acompanhando o crescimento dos estudantes do GT de Ações Afirmativas, tive a grata oportunidade ainda de ser membro das bancas de Doutorado de Laura López na Antropologia da UFRGS sobre ações afirmativas e de Luanda Sito na Linguística Aplicada da Unicamp, dedicada a uma análise dos primeiros TCCs dos estudantes cotistas indígenas da UFRGS. Fizemos, em 2011, uma reunião com toda a gestão da UFRGS (incluindo a Professora Valquíria Bassani, além dos já mencionados), com pesquisadores do INCT de Inclusão da UnB, da UFPR e da UFSC, para uma avaliação comparativa da implementação das cotas em nossas respectivas universidades. A convite da Professora Sandra de Deus, participei do 5º. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária em 2011, quando falei sobre as cotas e a extensão; e do Salão de Extensão da UFRGS de 2014, quando falei de Encontro de Saberes e Extensão.

E após concluir a longa parceria em prol das cotas na UFRGS, a disciplina Encontro de Saberes foi aberta na UFRGS pelo(a)s colegas Ana Tettamanzi, Marília Stein, Luciana Prass, Beth Lucas e José Carlos dos Anjos, entre outros. Assim, tenho o privilégio e a felicidade de projetar a realização, tanto na UnB como na URFGS, do binômio cotas-Encontro de Saberes. São estas as duas políticas de inclusão que sintetizam a minha concepção do tipo de transformação que é preciso realizar nas nossas universidades para que elas reflitam plenamente a diversidade étnica, racial, de classe, cultural e epistêmica da nossa sociedade. E estas duas políticas, hoje motivo de orgulho para todos nós, foram debatidas no inspirado seminário do Salão de Extensão de 2004.

Finalmente, como uma evidência recente do histórico protagonismo político da Extensão, participei de um debate do DEDS no dia 30 de junho passado, a convite de Rita Camisolão, junto com Bruno Ferreira Kaingang e Enrico Rodrigues de Freitas e tendo como mediadora a Professora Luciana Mello, para discutir uma proposta de cotas para todos os programas de Pós-Graduação da UFRGS. Após as cotas na graduação e o Encontro de Saberes, é a PROREXT que se apresenta também na luta pelas cotas na Pós. ◄

Caleidocampo
(Multi)olhares na educação do campo e ensino de ciências

Arte: Licenciando Educampo André Soares Pereira

Logotipo do projeto
Fonte: Acervo dos autores, 2019

Caleidocampo: (multi)olhares na Educação do Campo e Ensino de Ciências

Marilisa Bialvo Hoffmann: Licenciatura em Educação do Campo/ Faculdade de Educação - UFRGS
Saul Benhur Schirmer: Licenciatura em Educação do Campo/ Faculdade de Educação - UFRGS

Introdução

O presente relato diz respeito às experiências vivenciadas na Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o projeto de extensão "Caleidocampo: (multi) olhares na Educação do Campo e Ensino de Ciências". No referido projeto foi dado destaque ao conceito de Memória Biocultural, apresentado pelos pesquisadores mexicanos Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2015), que consiste na extensa e complexa coleção de sabedorias locais, constituída e disseminada através, principalmente, das diversidades biológica, linguística e agrícola. Embora existam estudos relacionados a essa temática, pesquisas envolvendo a memória biocultural e a educação científica ainda são raras. Estando a Licenciatura em Educação do Campo inserida em um contexto de formação de professores que busca conhecer, valorizar e difundir os conhecimentos das comunidades tradicionais do campo, consideramos que investigar, valorizar e preservar a Memória Biocultural presente na região de abrangência destas licenciaturas é ponto primordial. Desse modo, as ações realizadas no projeto foram voltadas para o diálogo intercultural entre universidade e sujeitos do campo, destacando a Memória Biocultural como eixo articulador na formação de professores de ciências na referida licenciatura.

A ideia do projeto "Caleidocampo: (multi)olhares na Educação do Campo e Ensino de Ciências" surge a partir de reflexões proporcionadas nas disciplinas Ensino de Ciências 8: Conservação da Natureza e Ensino de Ciências 9: Ciência do Cotidiano, ofertadas, respectivamente, na quarta e quinta etapas do Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O nome "Caleidocampo" é inspirado no termo "caleidoscópio", que deriva das palavras gregas *kalos*= "belo, bonito", *eidos*= "imagem, figura" e *skope*= "olhar (para), observar", ou seja, "olhar, observar o que é belo através de imagens". Deste modo, o projeto visa, entre outros, estreitar o diálogo entre o conhecimento científico das Ciências da Natureza e os conhecimentos populares/tradicionais em torno da preservação da biodiversidade. Para isso, se propõe à realização de encontros de formação de professores, mostras de fotografias e diálogos abertos à comunidade sobre temas pertinentes ao projeto.

O objetivo principal do projeto é promover o diálogo intercultural entre universidade e sujeitos do campo, mediados pela ideia da conservação e manejo da biodiversidade e destacando a Memória Biocultural como eixo articulador na formação de professores de ciências na Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da UFRGS.

No presente trabalho são apresentados os resultados obtidos a partir das características do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da UFRGS e das atividades realizadas no âmbito do projeto. Em especial, destacamos a grande diversidade das gentes que fazem parte do Curso e sua participação nas atividades do projeto, as atividades realizadas junto à feira agroecológica e a consolidação da parceria junto a outras instituições e projetos.

A Educação do Campo e o necessário diálogo com as comunidades

Em 2018, a Educação do Campo, enquanto movimento organizado e política pública, completou 20 anos de existência, data celebrada a partir da realização do primeiro Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, em 1998. Em sua caminhada, a Educação do Campo se concretizou tendo como pilares alguns princípios básicos, quais sejam, entre outros, a agroecologia, a agricultura familiar, o campo como lugar de vida, o trabalho coletivo e as relações ambientais sustentáveis. No âmbito da formação de professores para a Educação Básica, as Licenciaturas em Educação do Campo surgem, de forma mais ampla no Brasil, a partir de 2012 e constituem-se na luta pelo reconhecimento do campo como um lugar de vida, de cultura, de conhecimentos e de direitos por uma escola pública, gratuita e de qualidade aos sujeitos que neste local habitam. Considerando as características da Licenciatura em Educação do Campo de modo geral e, em especial, da UFRGS, que prevê 40% de suas atividades voltadas à inserção dos estudantes em comunidades do campo, assumimos como compromisso ético, bem como didático-pedagógico, de que estes conceitos não seriam tratados de forma a ignorar o importante papel destes sujeitos no manejo e na preservação dos ecossistemas naturais.

Várias das comunidades em que os/as licenciandos/as da Educação do Campo atuam, por exemplo, estão localizadas próximas ou dentro de unidades de conservação, como a Reserva Ecológica do Lami (Porto Alegre/RS), Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (Viamão/RS), Parque Estadual de Itapuã (Viamão/RS) e o Parque Estadual do Delta do Jacuí (Porto Alegre/RS e outros municípios). Neste contexto, se faz imprescindível a discussão em torno de conceitos como sociobiodiversidade, etnobiodiversidade e agrobiodiversidade, desvelando o necessário diálogo entre os diferentes regimes de conhecimento. Da mesma maneira, o conceito de Memória Biocultural se faz presente ao buscar elementos nas comunidades onde o curso está inserido, que representem o importante papel exercido pelos sujeitos que habitam esses locais para a conservação da biodiversidade desses ambientes.

Estruturado de acordo com a organização didático-temporal da pedagogia da alternância, a Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza da UFRGS funciona em tempos-universidade (TU) e tempo-comunidade (TC), que se alternam entre si, proporcionando que as populações do campo possam frequentar a universidade sem necessariamente precisar abandonar o mundo do trabalho. No tempo-universidade os licenciandos frequentam aulas presenciais na universidade e no tempo-comunidade as aulas e acompanhamento dos professores aos licenciandos se dá no âmbito das comunidades do campo. No caso da EduCampo UFRGS Porto Alegre, o tempo-comunidade compreende o trabalho com populações e escolas localizadas em aldeias indígenas, em comunidades quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, entre outros.

Uma característica importante da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza da UFRGS, em Porto Alegre, é estar localizada em uma capital de mais de um milhão de habitantes, rodeada por uma grande região metropolitana onde se mesclam populações urbanas, rururbanas[1] e rurais. Essa configuração traz ainda a marca da presença, nos 53 municípios da região de abrangência do curso[2], de 23 assentamentos da reforma agrária, 10 quilombos rurais e diversas aldeias indígenas (seis somente em Porto Alegre), além de ribeirinhos, pescadores artesanais e agricultores familiares. Outra marca registrada da cidade e da região é de contar com diversas feiras agroecológicas, entre elas a Feira de Agricultores Ecologistas - FAE que ocorre toda semana há 30 anos, praticamente ao lado da universidade, reunindo um público estimado de 5 mil pessoas a cada sábado. Nela, em torno de 200 agricultores familiares fazem a comercialização de alimentos sem uso de veneno, mas não só isso: compartilham também conhecimento sobre modos de vida, de fazer agricultura, de guardar as sementes crioulas, de preparo e conservação de alimentos, de uma diferenciada relação com a natureza e com o ambiente e de respeito à biodiversidade. Assim, também os conhecimentos tradicionais presentes nas feiras de agricultores familiares de Porto Alegre e da região de abrangência da Licenciatura em Educação do Campo podem se constituir em potencial espaço formativo dos licenciandos e, por isso, o trabalho através do projeto “Caleidocampo: multi(olhares) na Educação do Campo e Ensino de Ciências” focou também em investigar essas dinâmicas envolvidas em tais espaços.

1. Região urbana conhecida por compreender elementos e funções entendidas como rurais e urbanas. Em Porto Alegre, a região sul, que corresponde a 60% do território, é eminentemente rururbana, se diferenciando, em relação às outras partes da cidade, à ocupação urbana mesclada com a produção primária e a sua configuração espacial. Alerta-se para não confundir com “Rurbano” onde o continnum rural-urbano é marcado pelo sentido da urbanização do rural conforme a mecanização e modernização do campo nos últimos anos.

2. Municípios atendidos pela Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS Porto Alegre: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Bento Gonçalves, Bom Retiro do Sul, Butiá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Farroupilha, Fazenda Vilanova, General Câmara, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Pareci Novo, Parobé, Passo do Sobrado, Portão, Rolante, Santa Cruz do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sertão Santana, Tabaí, Taquara, Taquari, Triunfo, Vale Verde, Venâncio Aires, Viamão.

A memória biocultural como um eixo articulador entre Educação do Campo e Ensino de Ciências

Neste contexto, pensar a Memória Biocultural na Licenciatura em Educação do Campo torna-se um desafio ao compreendermos que este tema perpassa diretamente pelo diálogo com as comunidades tradicionais que, historicamente, são corresponsáveis pelo manejo e preservação dos recursos naturais nos locais onde habitam.
Do mesmo modo, nos questionamos sobre o papel do professor de Ciências, formado nesta licenciatura, que atuará nessas comunidades. Como será exercido o diálogo entre os diferentes saberes? Qual será o papel dos conhecimentos e sabedorias tradicionais em suas ações didático-pedagógicas? De que modo os conhecimentos populares sobre a natureza e sua conservação estarão sendo considerados nos currículos de Ciências das escolas dessas comunidades?

Concordamos com Lima (2010), quando pontua que a academia pode não só ‘ensinar ciências’ e ‘ensinar a ensinar ciências’, mas também aprender a fazer isso por meio do diálogo com o campo, a partir de seus modos peculiares de produzir e reproduzir a vida e dar sentido a ela. De acordo com a autora, talvez seja esse o desafio mais difícil a ser enfrentado por exigir um permanente exercício da alteridade, posto que os conhecimentos trazidos por eles nos apresentam de modo muito diferente daqueles que aprendemos a fazer, compreender e legitimar como conhecimento válido.

O conceito de Memória Biocultural traz consigo a importância das sabedorias das comunidades tradicionais e povos originários como os principais guardiões da biodiversidade e da memória de nossa espécie. Com seus modos próprios de produção, de trabalho, de manejo da natureza e da vida, as comunidades tradicionais e por consequência, a agricultura camponesa é, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015), a principal força social que molda dialeticamente essas construções bioculturais. Por comunidades tradicionais, os mesmos autores entendem, no contexto brasileiro, tratar-se além dos povos indígenas, também outros grupos, como os seringueiros, camponeses, caboclos, caiçaras, pantaneiros, quilombolas e pescadores artesanais. Em termos legais, o Decreto 6040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), os define como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição" (BRASIL, 2007).

Sendo assim, as ações desenvolvidas no projeto “Caleidocampo” foram voltadas, até o presente momento, para o (re)conhecimento da Memória Biocultural sobre manejo e conservação da biodiversidade e suas relações com o ensino de ciências, através de atividades realizadas com agricultores familiares na Feira de Agricultores Ecologistas (FAE), de diálogos com outros sujeitos representantes das comunidades e pesquisadores sobre o tema na região de atuação da Licenciatura em Educação do Campo, e de uma ação de formação de professores voltadas à Educação para a Sociobiodiversidade.

As atividades de extensão realizadas em articulação com atividades de ensino envolveram em torno de cinquenta licenciandos/as de duas turmas do curso nos períodos de 2017/2 e 2018/1, todos matriculados na disciplina Ensino de Ciências 8: Conservação da Natureza ou na disciplina Ensino de Ciências 9: Ciência do Cotidiano. As duas turmas interagiram com a FAE, de modo a conhecer experiências, modos de produção de alimentos e o próprio histórico da Feira, que,

Licenciandos da disciplina ECN9: Ciência do Cotidiano em visita à Feira de Agricultores Ecologistas (FAE)/ Setembro de 2017.

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

apesar de estar localizada praticamente ao lado da Universidade, ainda não havia sido foco de estudos por parte dos estudantes do curso. Alguns processos de manejo e conservação da biodiversidade local ficaram explícitos nas falas dos agricultores que participam da Feira, demonstrando que, muito mais do que comercialização, o espaço é lugar de relações sociais que envolvem trocas, confiança, compartilhamento de saberes, bem como destacam os princípios da agroecologia, da coletividade e da produção de alimentos com vistas à soberania alimentar.

Tópicos como agricultura familiar, produção de alimentos e uso de agrotóxicos foram abordados a partir da comercialização de alimentos na Feira de Agricultores Ecologistas, onde o diálogo com os agricultores e seus familiares proporcionou o conhecimento, na prática, de modos-de-fazer transmitidos de geração a geração por meio da oralidade (uma das características da Memória Biocultural) em tempos e espaços diversos. Estes conhecimentos, por sua vez, abrangem uma gama de traços culturais, visões de mundo e formas de conviver entre humanos e não-humanos, que impactam diretamente o ecossistema em que estes sujeitos vivem. O próprio processo histórico de criação da Feira, que somente comercializa alimentos produzidos sem uso de veneno, diz muito sobre o rompimento de paradigmas e de

Licenciandos da disciplina ECN8: Conservação da Natureza em visita à Feira de Agricultores Ecologistas (FAE)/ Março de 2018.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

uma nova relação com a natureza.

Houve também um dia de atividades abertas às comunidades acadêmica e externa à Universidade, momento em que o público em geral pôde interagir com temas pertinentes à Biodiversidade, Conservação da Natureza e Educação do Campo. Esta programação, organizada preponderantemente pelos licenciandos, contou com a presença de representantes das comunidades do campo em que o curso atua, que trouxeram suas experiências em torno das práticas e saberes populares relacionadas à conservação da biodiversidade. Tratou-se de um diálogo rico que envolveu licenciandos, assentados da reforma agrária, quilombolas, pesquisadores da temática, ativistas da causa ambiental, entre outros. Assim, junto à mostra de fotografias, pensou-se em convidar pessoas que pudessem compartilhar conhecimentos – tanto empíricos quanto acadêmicos – dos saberes populares e tradicionais na conservação da natureza. Em 14 de maio de 2018, realizou-se um dia de atividades ao ar livre no pátio da Faculdade de Educação com o tema "Biodiversidade, Conservação da Natureza e Educação do Campo". Concomitantemente às rodas de conversa, abertas à comunidade acadêmica e em geral, ocorreu a mostra fotográfica, constituindo-se em um belo registro das Memórias Bioculturais presentes nas comunidades de atuação do curso, pelo olhar dos licenciandos.

Fotos da atividade aberta do Projeto Caleidocampo "Biodiversidade, Conservação da Natureza e Educação do Campo"/ Maio de 2018.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

LANÇAMENTO DO PROJETO CALEIDOCAMPO

TEMA: "Biodiversidade, Conservação da Natureza e Educação do Campo"
Realização: Turma 3 da Licenciatura em Educação do Campo
Data: 14 de maio de 2018
Local: Faculdade de Educação- FACED - UFRGS

- ✓ **Exposição de Fotografias** (dia todo)
- ✓ **Rodas de Conversa** (abertas à comunidade)

Manhã:

9h: Abertura da exposição de Fotografias

9h30min: *"Saberes e fazeres tradicionais em alimentos e em plantas bioativas"*, com José Maria Wiest (UFRGS)

11h: *"A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul"*, com Viviane Camejo (PGDR/UFRGS)

Tarde:

14h: *"Produção orgânica em Assentamento da Reforma Agrária"*, com Inês Carmen Santin (Assentamento Belo Monte, Eldorado do Sul)

15h30: *"A indústria da beleza e os impactos na Biodiversidade: como fazer seus biocosméticos"*, com Naieth Baggio (Artemísia Feitios)

17h: *"O avanço da mineração no RS: o que a educação do campo tem a ver com isso?"*, com Jaqueline Durigon (FURG)

Foto da atividade aberta do Projeto Caleidocampo "Biodiversidade, Conservação da Natureza e Educação do Campo"/ Maio de 2018.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

Os temas abordados foram diversos: Saberes e Fazeres sobre plantas bioativas, a conservação sobre variedades de sementes crioulas como prática de agricultores do Rio Grande do Sul, produção orgânica de alimentos em assentamentos da reforma agrária, a indústria da beleza e os impactos na biodiversidade e o avanço da mineração do Rio Grande do Sul. Entre os convidados, pesquisadores, professoras da educação básica, ativistas ambientais e uma assentada/mulher/mãe de licencianda da Educação do Campo. Um lindo momento de povo dentro da universidade pública! O projeto Caleidocampo, a partir daí, vem buscando interlocuções com outras disciplinas e projetos, fazendo parte atualmente de uma rede nacional de pesquisadores - Observatório da Educação para a Biodiversidade - que congrega docentes e alunos de universidades públicas de todas as regiões do país e realiza, anualmente, a Caravana da Diversidade, um evento que busca, entre outros, a produção de narrativas biossociais, com fins didáticos a partir das memórias bioculturais locais.

Das atividades realizadas nos períodos mencionados e da análise do papel dos espaços, debates e registros escritos entregues pelos estudantes a partir de saídas às feiras, trabalhos de campo nas comunidades e diálogos realizados em aula, emergiu de forma integrada às disciplinas, o projeto Caleidocampo, que nesse caso não se tratou de um ponto de chegada, mas de um novo ponto de partida para que a Memória Biocultural esteja cada vez mais presente na formação de educadoras e educadores e, por consequência, nas aulas de Ciências da Natureza na Educação Básica.

Entre as ações mais recentes do projeto Caleidocampo, destaca-se a realização em setembro de 2019, de uma atividade de Formação de Professores, destinada aos licenciandos/as e professores da Educação Básica, intitulada "Educação para a Sociobiodiversidade", e que teve a presença do professor Dr. Danilo Seithi Kato, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Esta ação foi realizada em dois momentos: na Faculdade de Educação da UFRGS e no Campus Litoral Norte, integrada ao Projeto Interinstitucional "Observatório Nacional da Educação para Biodiversidade", que envolve pesquisadores, professores, estudantes e comunidades da própria UFRGS, UFTM, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Oficina "Educação para a Sociobiodiversidade"/ setembro de 2019.

Fonte: Acervo dos autores, 2019

Considerações a aprendizagens sobre o processo

Em nossa avaliação, a caminhada construída nas disciplinas ECN8: Conservação da Natureza e ECN9: Ciência do Cotidiano, que culminou na idealização coletiva e realização do projeto de extensão "Caleidocampo: (multi)olhares na Educação do Campo e Ensino de Ciências", nos proporcionou, tanto docentes quanto licenciandos, momentos ricos de aprendizagem e de reflexões, em especial, sobre a importância

do diálogo respeitoso com os conhecimentos e práticas dos sujeitos que vivem nas comunidades do campo. O (re)conhecimento dos povos tradicionais e, por conseguinte, de suas sabedorias ecológicas que contribuem historicamente para o manejo e conservação da biodiversidade local, receberam destaque nas atividades realizadas, exigindo o estudo desde a legislação que postula o que são comunidades tradicionais e seus direitos, como também daquela que legaliza as unidades de conservação e suas relações com as populações tradicionais que nestes territórios habitam.

Do mesmo modo, foi extremamente gratificante o trabalho realizado junto à Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), que acontece há quase 30 anos e fica muito próxima ao campus central da UFRGS, porém ainda com pouco diálogo junto à comunidade acadêmica, conforme relatos dos próprios sujeitos que "fazem" a feira. Em especial, nos cursos que formam professores para Educação Básica, é quase nulo o reconhecimento da feira como um espaço formativo nos mais variados sentidos: humanos, científicos, éticos, políticos, sociais e culturais. Desta forma, aproximar o contexto da Feira, dos licenciandos da Educação do Campo (futuros professores de Ciências da Natureza), nos traz a esperança de que suas atuações nas comunidades do campo ou mesmo nas comunidades urbanas e rururbanas, será alicerçada no respeito a estas pessoas que produzem muito mais do que comida e que fazem muito mais do que comércio, ao compreender o campo como lugar de vida, de cultura e, principalmente, de justiça social.

As atividades abertas à comunidade realizadas pelo projeto Caleidocampo nos apontaram elementos essenciais ao debate sobre biodiversidade, conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, por exemplo: como estão sendo tratadas na formação de professores de Ciências, as sabedorias e práticas das comunidades tradicionais? De que forma a Universidade potencializa espaços de diálogos entre os diferentes regimes de conhecimento? Como um curso, a exemplo da licenciatura em Educação do Campo, acolhe, valoriza e dialoga com os conhecimentos, práticas e visões de mundo dos sujeitos que o constitui (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, entre outros)? Que percursos formativos são necessários aos nossos licenciandos para que o respeito à Memória Biocultural e aos conhecimentos tradicionais estejam presentes em suas práticas como professores de Ciências na Educação Básica? São reflexões que nos levam a pensar nas potencialidades diversas destas práticas, conscientes de que ainda há muito a caminhar e que o caminho se faz, caminhando. ◂

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso em setembro de 2018.

LIMA, M. E. C. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente** /organização de Ana Maria de Oliveira Cunha ... [et al.]. – Belo Horizonte : Autêntica, 2010.

TOLEDO, V.M; BARRERA-BASSOLS, N. A **Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UFRGS. **Licenciatura em Educação do Campo. Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/liceducampofaced/projeto-pedagogico/>, acesso em julho de 2019.

Figura 2: Croqui- Urban Sketchers.
Fonte: Roger Trevizan

Relendo Passo Fundo:
a valorização da cidade e do patrimônio

Carla Portal Vasconcellos: Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Passo Fundo (UPF)
Acadêmicas de Arquitetura e Urbanismo: Ana Caroline Franklin dos Santos, Miléia Alves e Thaís Maria Rossetto

Introdução

O VivA!emau, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo é um projeto de extensão da Universidade de Passo Fundo, o qual é vinculado à Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA), e possui a finalidade de fomentar discussões a respeito das vivências e das práticas dos estudantes, afirmando compromisso com a realidade social da comunidade. Através do VivA!emau desenvolveu-se o evento "Relendo Passo Fundo", com pretensões de possibilitar o resgaste de memórias e a construção de significados por meio de percursos urbanos guiados na cidade de Passo Fundo. Além disso, o evento busca promover a valorização dos espaços de significação histórica e arquitetônica, a compreensão das relações que se estabelecem a partir dos mesmos e a importância da preservação desses espaços para a permanência destas relações. O público-alvo são

acadêmicos e a comunidade em geral.

As discussões e a organização do projeto "Relendo Passo Fundo" tiveram como suporte teórico e bibliográfico a História Cultural e o reconhecimento, portanto, do 'real' através de suas Representações Sociais, tratando com o edificado, com o espaço público, mas com outros elementos que constituam o imaginário de diferentes períodos e contextos sociais.

O evento já conta com várias edições, e cada uma delas apresenta temáticas diferentes, como memória afetiva, edifícios e espaços históricos, bairros, construções inexistentes, arquitetos e urbanistas, e demais influenciadores. Antes do evento, todos os espaços a serem percorridos são demarcados com uma sinalização desenvolvida pelo projeto de extensão VivA!emau (Figura 1).

No dia da caminhada, além do objetivo descrito anteriormente, também se desenvolvem múltiplas leituras sobre o objeto-percurso. Através de registros fotográficos e croquis à mão livre, contando com a participação do movimento Urban Sketchers Passo Fundo (Figura 2, Imagem

Figura 1: Estêncil desenvolvido pelo grupo para demarcar os pontos. Fonte: Acervo próprio

de Abertura), constitui-se deste modo, um espaço para expressões, apreensões e diferentes olhares sobre esta realidade em transformação que é a cidade. A realização do evento conta com o apoio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo, através do Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NADUC) e do Laboratório de Áudio e Vídeo (LAVAU).

Relendo Passo Fundo - Capítulos I e II

As duas primeiras edições do evento foram realizadas através do trabalho desenvolvido pelo 5º semestre da disciplina de História e Teoria do Urbanismo II, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo, consistindo na elaboração de um percurso urbano na cidade de Passo Fundo que incluísse, para cada grupo de alunos, no mínimo três pontos históricos ou bens tombados. Mesmo sendo realizado dentro da disciplina, a atividade estava vinculada ao projeto de extensão VivA!emau.

Para a elaboração do percurso a turma foi dívida em grupos, resultando em 41 pontos que originaram um mapa síntese (Figura 3). Dos espaços que estruturavam o roteiro foram analisadas as seguintes características: valor histórico, político ou natural; utilização da edificação; história e contexto; tipologia, importância para a cidade, estado de preservação, e modificações que ocorreram ao longo do tempo.

O evento aconteceu em dois dias, devido ao grande número de pontos e à extensão do percurso. Em cada um dos pontos, o grupo de alunos responsável pela pesquisa relativa à edificação apresentava os dados, as curiosidades, aspectos históricos e arquitetônicos da mesma. Todos os participantes, professores, alunos ou pessoas da comunidade, são convidados a contribuir, complementando a apresentação inicial. As edificações pontuadas receberam uma marcação de estêncil, com a logomarca oficial do evento, na calçada em frente ou na via, com o objetivo de alertar as pessoas que passam pela rua, de que ali existe uma edificação histórica relevante para o município (Figura 4).

No primeiro dia, 28 de maio de 2016, percorreram-se 19 pontos, começando pela praça Marechal Floriano e terminando na praça Antonino Xavier, concentrando-se na área central da cidade. Durante o percurso foi possível a visita interna na casa João Café, edifício tombado, o qual passou por uma restauração.

No segundo dia, em 2 de julho daquele mesmo ano, a abertura do evento contou com a participação do grupo de dança JOIN, numa apresentação em frente ao antigo Quartel, após a qual iniciou-se a caminhada constituída em um percurso de 22 pontos. Um dos destaques foi o Parque da Gare, o qual havia passado por reforma recente, e tornou-se um espaço de apropriação urbana. Também contou com uma apresentação teatral no edifício do antigo Cassino da Maroca e na Antiga Estação Ferroviária, demostrando a importância que eles tiveram no desenvolvimento da cidade.

Relendo Passo Fundo - Capítulo III

A terceira edição estava vinculada com o evento Cidades do Século XXI[1] , o qual discutia sobre as novas questões urbanas e suas vivências, gerando debates acerca dos momentos atuais e futuros das cidades.
O percurso caracterizou-se como um complemento e encerramento do evento citado. Apesar de também

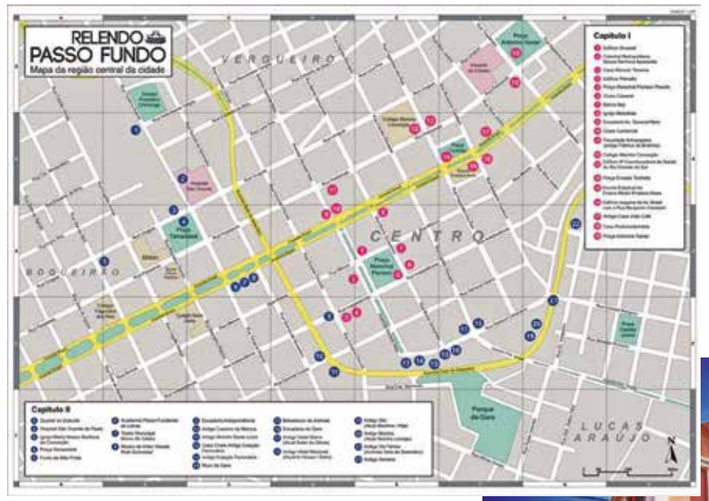


Figura 3: Mapa do percurso - Em vermelho os pontos da caminhada do dia 28 de maio e em azul os do dia 02 de julho.
Fonte: Acervo Próprio

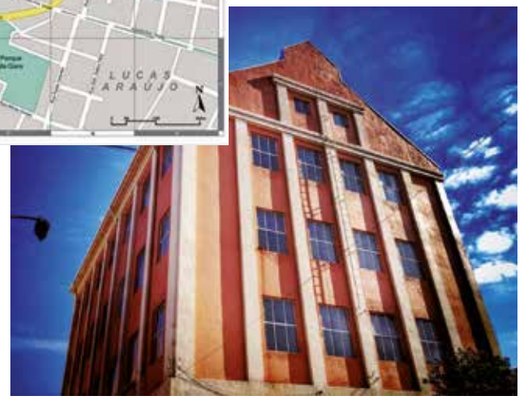


Figura 4: Ponto do percurso- Moinho.
Fonte: Thereza Lemos

ser na região central da cidade de Passo Fundo, proporcionava um enfoque diferente, tendo um

1. Cidades do Século XXI – Evento promovido pelo grupo de extensão VivA!Emau que explana artigos realizados por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF abordando temas atuais sobre as cidades, promovendo discussões e análises.

Figura 5: Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo, destacando os elementos arquitetônicos.

Fonte: Henrique Frank dos Santos

Figura 6: Participantes durante o percurso.

Fonte: Henrique Frank dos Santos

olhar sobre os elementos arquitetônicos dos edifícios históricos e a importância da preservação destes (Figura 5). Os pontos escolhidos não foram os mesmos das outras edições, apresentando características Art Decó e/ou Modernista.

No dia do evento ocorreram discussões e observações sobre a conservação, principalmente das fachadas, pois cada um dos edifícios apresenta peculiaridades que acabam sendo escondidas por grandes placas comerciais que acabam por descaracterizá-lo (Figura 6). Durante o percurso, também foram pontuadas as funções dos elementos arquitetônicos mais presentes, como frisos, cobogós, entre outros, os quais refletem as tendências de determinadas épocas, apresentam valor histórico e muitas vezes não são notados no cotidiano.

Ao final do percurso constatou-se que, através do evento, foi possível instigar as pessoas que participaram a refletir sobre a importância da história, cultura e preservação e do cuidado com o patrimônio da cidade, fazendo-as compreender a necessidade de uma normatização sobre placas, pinturas e demais fatores, para que as obras não percam sua relevância com o passar dos anos e se tornem um elemento esquecido.

Relendo Passo Fundo - Capítulo IV

Na quarta edição, os pontos do percurso foram edificações tombadas, inexistentes e monumentos da cidade (Figura 7). No andamento inicial do evento percebeu-se que muitas construções que caracterizavam o município acabaram demolidas por interesses imobiliários, sendo a maioria localizada no centro. Alguns monumentos estavam esquecidos na paisagem, escondidos por edificações ou localizados em canteiros centrais de difícil acesso devido ao trânsito. Destacou-se também a falta de interesse e de conhecimento da população em preservar os patrimônios culturais e históricos, o que faz com que eles se tornem quase invisíveis.

O intuito do evento era demonstrar a falta de valorização e, consequentemente, a ausência de muitas edificações no cenário urbano de Passo Fundo. Através disso, além do estêncil para a marcação dos pontos, foram coladas imagens de como eram os edifícios antes de serem descaracterizados ou demolidos, destacando as mudanças consideráveis que ocorreram ao longo dos anos na paisagem urbana, conformação e morfologia da cidade.

O percurso proporcionou uma visão diferenciada sobre a questão do tombamento e da necessidade de a população ter mais interesse pela história da sua própria cidade.

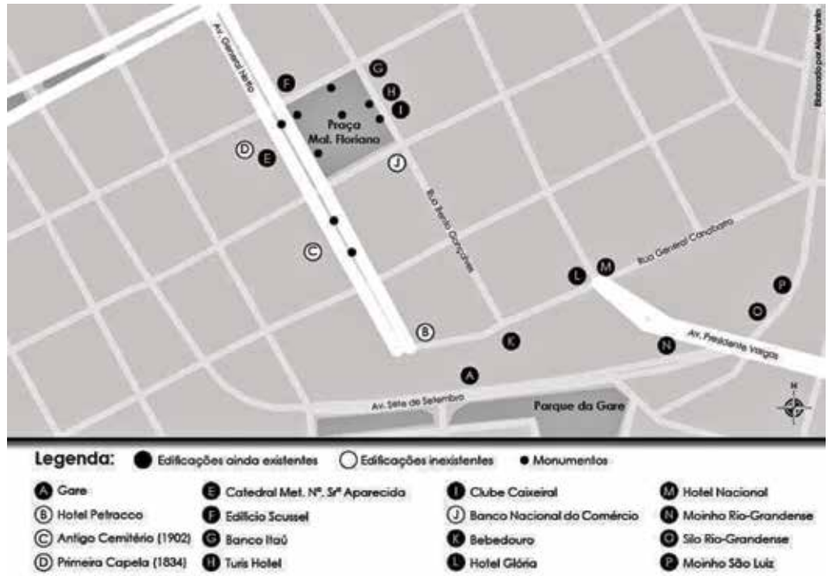


Figura 7:
Mapa do percurso.

Fonte:
Acervo próprio

Relendo Jane Jacobs - Capítulo V

Jane Jacobs foi uma ativista política e escritora, muito citada como urbanista por ter liderado críticas a muitos dos principais nomes e movimentos do urbanismo, especialmente aos resultados do planejamento urbano moderno e ortodoxo. Tendo defendido as cidades tradicionais e a importância das relações sociais que elas proporcionavam através do contato entre as pessoas nas ruas e calçadas dos bairros, contribuiu para o desabrochar de um urbanismo voltado às pessoas. Inspirado no *Jane's Walk*, evento que ocorre em todo mundo com o objetivo de fazer com que as pessoas explorem seus bairros e conheçam seus vizinhos, essa edição do projeto foi uma homenagem ao legado de Jacobs (Figura 8).

O objetivo do evento, além de promover a valorização histórica e arquitetônica, era proporcionar a relação afetiva que as pessoas tinham com as edificações e os espaços públicos. Seu enfoque foi promover a cultura existente na cidade, através do grafite e da música, demonstrando como os espaços públicos são apropriados de diversas formas. Além disso, o momento foi caracterizado como um amplo encontro entre pessoas de diferentes idades e histórias de vida, o que enriqueceu a troca de experiências durante o percurso e, deste modo, destacou a vivência do espaço público urbano com sentido e consciência.

Este percurso tinha como pontos principais as praças da cidade, ambientes de encontro entre pessoas ou de fluxo constante. Destacaram-se a escadaria localizada entre a Rua General Neto e Avenida Brasil, bem como a praça Ernesto Tochetto, caracterizada pela cultura do Hip Hop, tendo a presença constante de grafiteiros e skatistas, além de também ser utilizada por senegaleses para a realização de suas manifestações culturais. No dia do evento, nesta praça, houve a demonstração artística de um grafiteiro local (Figura 9), que realizou uma intervenção especialmente para a ocasião.

Outro ponto de destaque do percurso foi a praça Antonino Xavier, localizada ao lado do Hospital da Cidade e utilizada por moradores de outras cidades da região; caracteriza-se por um local de lazer, onde há a sede dos escoteiros e uma Biblioteca Pública, além de, aos sábados pela

manhã, abrigar a feira do produtor rural. Como encerramento do evento, houve a apresentação de talentos da música ligados ao curso de Arquitetura e Urbanismo.

Figura 8: Estêncil do tema do evento.

Fonte: Acervo próprio

Figura 9: Grafite na Praça Ernesto Tochetto.

Fonte: Bianca Henicka

Relendo Jaboticabal - Capítulo VI

Tendo um novo enfoque, esta edição foi realizada no Loteamento Jaboticabal, que se localiza na região periférica da cidade de Passo Fundo. O "Relendo Jaboticabal" propôs um novo olhar sobre as diferentes formas de apropriação e caracterização do espaço urbano, visando valorizar, além da história do local, as memórias afetivas e o sentimento de pertencimento dos moradores.

Por se tratar de uma região com poucos registros históricos e poucas informações disponíveis, este evento contou com a essencial ajuda e participação dos alunos do 8º ano da Escola de Ensino Fundamental Fredolino Chimango, localizada no bairro. Foram realizadas diversas atividades com os estudantes, como a elaboração de um mapa afetivo (Figura 10) que identificava o ambiente construído e a memória visual; assim como a aplicação de um questionário, o qual buscava apontar os espaços urbanos mais ocupados, sua importância e a percepção do próprio local em que vivem em relação à cidade.

Com os resultados de ambas as atividades, foi traçado o mapa do percurso, que contava com os pontos mais citados pelos alunos, entre eles a escola, o posto de saúde e o Ginásio do PPV (Programa de Prevenção Contra a Violência).

Além disso, locais que seriam de passagem ou estruturadores do bairro, como uma rua ou uma esquina, converteram-se em espaços de permanência e de diversão das crianças e pré-adolescentes, os quais também foram destacados na caminhada. Diferentemente das outras edições, onde a história dos locais eram narradas principalmente pelos alunos do VivA!emau, desta vez os protagonistas foram os alunos e moradores do bairro, que deram voz às suas memórias mais simbólicas (Figura 11).

Independente do afastamento do centro, há na região uma forte identidade cultural, traduzida principalmente pelas vertentes do Hip Hop. Assim, o encerramento do evento ocorreu com a apresentação de rappers da região, enquanto um artista grafiteiro demonstrava o seu trabalho em um painel que posteriormente foi deixado como lembrança e agradecimento à escola.

Figura 10: Mapa desenvolvido pelos alunos da escola EMEI Fredolino Chimango.

Fonte: Acervo próprio

Figura 11: Alunos contando sobre as edificações.

Fonte: Letícia Fumagalli da Costa

Relendo pelo olhar dos arquitetos - Capítulo VII

O último evento "Relendo" até o fechamento deste artigo foi elaborado a fim de homenagear os mais antigos arquitetos de Passo Fundo, aqueles que viram a cidade crescer e fazem parte de sua história. Desta forma, o roteiro para o evento foi elaborado a partir das escolhas de pontos que foram importantes para esses arquitetos ou projetado por eles próprios, além de outras edificações as quais, na visão deles, contribuíram para o desenvolvimento da cidade.

Os arquitetos convidados foram: Atílio Cesar Tramontini, Luiz Carlos Barbieux de Oliveira, Luiz Roberto Gosch, Maria Aldina, Nino Machado e Paulo Renato Von Meusel. Após o convite feito pelo VivA!emau, realizou-se um encontro para a discussão dos pontos relevantes marcado em um mapa base da cidade de Passo Fundo (Figura 12). Este pré-evento gerou um maior conhecimento sobre a história e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, e desta forma desenvolveu-se o percurso realizado nesta edição.

Este "Relendo" ocorreu no dia 20 de outubro de 2018, iniciando na praça Tamandaré, local de surgimento da cidade. Durante a caminhada, os arquitetos contribuíram com muitas informações desconhecidas até então, agregando aos participantes histórias inovadoras e inusitadas (Figura 13). Como os pontos eram descritos pelos homenageados, teve-se um conhecimento mais técnico, sendo ressaltado o desenvolvimento urbano da cidade e diversas modificações decorrentes do crescimento populacional, do transporte, comércio, educação, entre outros fatores.

Considerações Finais

O projeto "Relendo Passo Fundo" nasceu na semana do patrimônio e, apesar de ter sido um evento pontual, desencadeou a necessidade de um roteiro capaz de valorizar o patrimônio preservado e de construir relações entre a comunidade, espaços e edifícios históricos em Passo Fundo.

Como em outras realidades, a cidade de Passo Fundo padece com a destruição de sua memória: nos dizeres de Montaner e Muxí (2014), "(...) um apagamento sistemático da memória coletiva que ocorre em situações não explicitamente traumáticas, sem conflitos sociais aparentes, de uma maneira lenta e oculta (...)". Trazer à consciência esses processos de dissolução das referências urbanas e arquitetônicas é um trabalho de educação patrimonial importante. O esvaziamento dos conteúdos

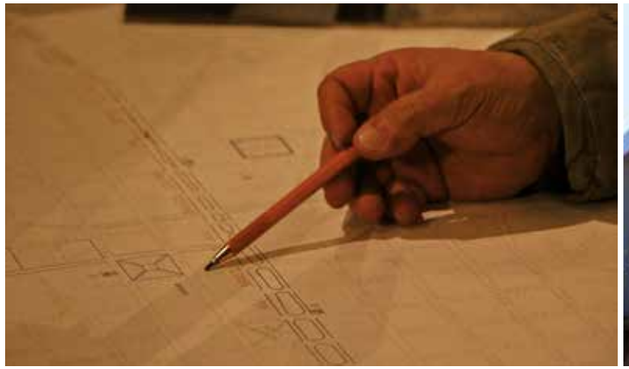


Figura 12: Marcação no Mapa base da cidade dos pontos do percurso. Fonte: Letícia Fumagalli da Costa

Figura 13: Um dos arquitetos contando sobre o ponto escolhido.
Fonte: Letícia Fumagalli da Costa

simbólicos de uma cidade significa o esvaziamento de aspectos da identidade de seus moradores.

Os percursos urbanos aqui demonstrados tiveram diferenças, mas buscaram e concretizaram um novo olhar sobre a cidade e seus elementos constitutivos, pois aquilo que no dia a dia pode passar despercebido, converte-se em conteúdo e sentido quando associados à história, causos e curiosidades.

A ideia de que o patrimônio ainda existente será preservado a partir desta iniciativa não é necessariamente relevante, mas sim fundamental, e o "Relendo Passo Fundo" pretende ter despertado na consciência da população essa compreensão.

Os participantes, não contabilizados, pois os percursos são de livre adesão, têm a oportunidade de contar suas próprias histórias relacionadas à espaços e edificações, ressaltando a memória afetiva e uma série de informações desconhecidas que contribuem para a valorização da cidade. E após diversas edições e mais de 100 pontos visitados, surgiu a necessidade de ampliação de tarefas e de responsabilidades com relação a acontecimentos e histórias descobertas. Para tanto, o grupo organizou um projeto de pesquisa também nomeado "Relendo Passo Fundo", que pretende estudar o patrimônio e a evolução da cidade. Cada percurso ocorrido desencadeia relatos de relevância para a história da cidade, os quais o projeto de pesquisa buscará registrar. ◂

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. IN: Benjamin, W. **Obras Escolhidas. Magia e técnica, Arte e política**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MINAYO, Mª C. de S. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis, Vozes, 1995.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos.** São Paulo: Gustavo Gilli, 2014.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, Vozes, 2015.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural.** Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

PESAVENTO, S. J. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: Mauch, Cláudia; et al. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.** Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da UFRGS/ Ed. Ulbra/ Ed. Unisinos, 1994..

Escrita Criativa:
subjetividade e interação

Monica Nariño Rodriguez: Instituto de Letras - UFRGS
Lucas Neves Costa: Instituto de Letras - UFRGS

Introdução

Por que e como dar aulas de Língua Portuguesa para falantes nativos desse idioma? Qual deve ser o objetivo dessas aulas? O presente artigo, que pretende fornecer uma possível resposta para tais questões, trata-se de um relato de experiência docente e de um conjunto de reflexões resultantes do trabalho realizado ao longo de um semestre letivo no curso de "Português: Escrita Criativa", do NELE. Para tanto, é necessário, antes de tudo, apresentar brevemente o próprio NELE.

O Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (NELE) é um projeto de extensão do Instituto de Letras da UFRGS. Há quase duas décadas, o núcleo liga o público geral à comunidade acadêmica, oferecendo cursos de línguas para a população. Se, para os alunos o NELE é uma oportunidade excelente de aprender um novo idioma e uma diferente cultura com eficácia e qualidade, em contrapartida, para os professores e bolsistas do núcleo, o NELE é um espaço de iniciação, experiência e aprendizado docente.

Vivemos tempos nos quais parece cada vez mais

fundamental reafirmar o papel e a importância da Universidade para a sociedade. O NELE é um projeto de extensão que responde por essa importância há muitos anos. Os alunos da comunidade externa que ingressam como estudantes de línguas, para além do conhecimento obtido nas aulas, têm acesso ao espaço da Universidade, vivenciam o contato com diferentes realidades e culturas e, consequentemente, passam a frequentar o espaço acadêmico, divulgando os projetos que a universidade propõe e oferece para a comunidade em geral.

Todos os semestres, centenas de pessoas inscrevem-se para o sorteio das vagas disponibilizadas. As que são contempladas, seguem estudando por anos dentro da Universidade e, mesmo quando concluem os diferentes módulos do curso, seguem tentando ingressar em outras turmas para estudar novos idiomas. O NELE é, muitas vezes, o primeiro contato que muitos cidadãos têm com a universidade, uma vez que, além dos cursos tradicionais, o núcleo oferece o curso de espanhol para crianças, incentivando desde cedo o apreço e a valorização do espaço de educação e da cultura.

Espanhol, francês, inglês, italiano, russo, grego e latim são apenas exemplos de línguas cujos cursos são oferecidos pelo NELE. Para suprir uma demanda e criar um novo espaço de aprendizagem, recentemente o núcleo passou a ofertar o curso "Português: Escrita Criativa", sobre o qual se trata este trabalho.

O curso

Composto por 13 encontros de 4 horas/aula semanais, o curso possui um módulo único e é criado em torno de um gênero textual estruturante: conto, poesia, crônica etc. São as características do gênero textual escolhido que norteiam a dinâmica em sala de aula, estabelecendo quais temáticas e recursos relativos ao idioma serão estudados. A partir dos tópicos trabalhados, os estudantes aprofundam seu conhecimento em relação ao gênero textual escolhido, lendo, interpretando, debatendo, produzindo e compartilhando textos.

Evidentemente, o objetivo do curso não é transformar os educandos em nomes canônicos da literatura brasileira. Os reais propósitos das aulas são outros: aprimorar as habilidades de leitura, (re)escrita e interpretação de textos; proporcionar um espaço de compartilhamento de escritos e de debate acerca das temáticas trabalhadas; praticar o exercício da alteridade, ao criar e entrar em contato com personagens e histórias produzidas por si próprio ou pelo outro, sempre levando em consideração o conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula e a relevância do texto.

A experiência docente relatada neste trabalho ocorreu no segundo semestre de 2018 em uma turma do curso de "Português: Escrita Criativa". O gênero estruturante do curso foi o conto e as aulas ocorreram na escola da AGU (Advocacia-Geral da União), em Porto Alegre. É relevante, neste momento, situar o contexto apresentando algumas informações referentes à turma na qual ocorreram as aulas.

A turma

Por mais clichê que possa parecer, se fosse necessário definir a turma em uma só palavra, o vocábulo seria: diversidade; com uma composição de 18 alunos, entre 18 e 63 anos de idade. Homens e mulheres das mais variadas classes sociais. Todos juntos em uma sala, lendo, debatendo e produzindo textos.

O desafio principal nesse contexto era estabelecer uma dinâmica que fosse interessante para todos os estudantes, por mais diferentes que estes fossem entre si. Mais do que isso: por ser um curso que não possui um "material didático" nem uma metodologia específica e limitada, era preciso tomar conhecimento das expectativas que os estudantes tinham em relação ao curso e pensar em como satisfazê-las.

De modo geral, os estudantes buscavam no curso um espaço para exercitar a criatividade e as capacidades discursivas de leitura e escrita. Alguns alunos possuíam uma longa trajetória acadêmica, e desejavam ler e escrever textos menos técnicos e rigorosos em relação à norma. Outros estudantes, que trabalhavam em áreas pouco relacionadas com o campo das Artes e Letras, almejavam sair da zona de conforto e desenvolver habilidades distintas daquelas que utilizavam diariamente.

A metodologia utilizada ao longo do semestre foi construída considerando as características da turma. A seguir, serão apresentados alguns dos princípios teóricos que nortearam o exercício docente, a construção das aulas e dos materiais didáticos, além de detalhes acerca da própria dinâmica que foi realizada.

Fundamentos teóricos e metodológicos

Diferentes obras e autores foram cruciais para a construção do projeto. Para apresentar este relato, selecionamos os trabalhos mais relevantes e frequentes. Concepções mais abrangentes sobre língua e linguagem foram fundamentadas nos trabalhos e nas reflexões de Benveniste (1995) e Geraldi (1984). Aspectos relativos ao planejamento das aulas e à metodologia aplicada foram ancorados nas obras de Simões et al. (2012) e Travaglia (2003). O trabalho com o processo de interpretação e criação literária levou em consideração o texto de Silva (2012). A seguir, explicitaremos de que forma cada autor contribuiu para o desenvolvimento prático do curso.

Em uma aula de língua é fundamental que o profissional docente, ao preparar, selecionar e ou excluir materiais e tarefas, tenha consolidados conceitos basilares relativos ao campo de estudo das linguagens. Dentre as diversas possibilidades, podemos afirmar que nesse curso, adotou-se uma abordagem linguística enunciativa baseada na interação. Na obra "O Texto na Sala de Aula: Leitura e Produção", Geraldi (1984) afirma que essa abordagem entende a linguagem como um lugar de interação humana, é através dela que um sujeito pratica ações que não conseguiria praticar sem o seu uso. Segundo o autor, por meio da linguagem as pessoas agem umas sobre as outras, criando vínculos e estabelecendo compromissos que não existiam antes de a linguagem entrar em ação.

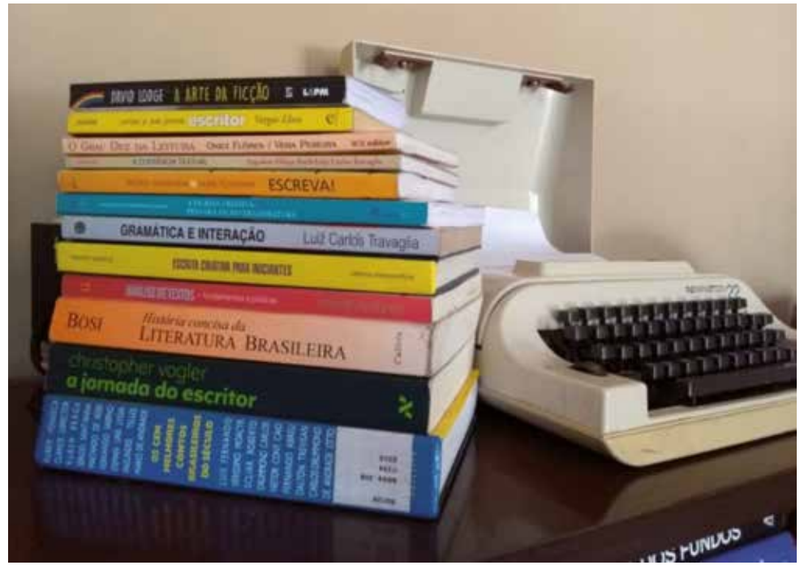


Figura 1 - Algumas das obras utilizadas ao longo da construção do curso.

Fonte: Equipe NELE

Para reiterar esse pensamento, trazemos as palavras do linguista Émile Benveniste: "é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito" (BENVENISTE, 1995, p. 286). Ou seja: a linguagem (e consequentemente o idioma) é o instrumento que permite a criação da subjetividade e a realização da interação. Por meio da linguagem o ser humano estabelece vínculos com os outros e consigo mesmo. Mas o que isso significa de fato se aplicarmos essa noção em uma sala de aula?

Essa concepção acerca da importância da linguagem e de seu papel na constituição subjetiva de cada um permite que reconheçamos no estudante uma figura única. É preciso fornecer fundamentos para que essa subjetividade manifeste-se no coletivo da sala de aula, na interação com os colegas, na realização das atividades e na produção textual.

Cabe ao profissional docente, nesse contexto, criar um espaço de ensino-aprendizagem no qual os estudantes sintam-se confortáveis para, de certa forma, exporem sua subjetividade, manifestando impressões e opiniões acerca dos textos lidos e escrevendo com sua própria verdade. E isso não significa que os estudantes precisam escrever sobre suas vidas reais, porém, ao produzir um texto, o autor (nesse caso o estudante) precisa acreditar naquilo que está escrevendo, ter algo a dizer, gostar de contar aquela história.

O texto, portanto, exerce função nuclear em uma aula de língua materna. Reiteramos esse pensamento valendo-nos das palavras de Luiz Carlos Travaglia:

> se a comunicação acontece sempre por meio de textos, pode-se dizer que o objetivo de ensino de língua materna é desenvolver a competência comunicativa, isto corresponde então a desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações comunicativas (TRAVAGLIA, 2003, p. 19).

Considerando o gênero trabalhado ao longo do curso, entendemos que o objetivo principal das aulas era aprimorar a capacidade de leitura, interpretação e produção de contos. Esse trabalho, por sua vez, deveria priorizar o processo de escrita, o qual não poderia ser um martírio, tal qual se vê com frequência em exames escolares e de vestibular. Pelo contrário, o processo de escrita (e de reescrita) precisava ser prazeroso e significativo para todas as partes envolvidas nele. Assim, no melhor dos cenários, se alcançaria o que poderíamos chamar de "escrita socialmente significativa". Na obra "Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura", Simões et al. afirmam que:

> A escrita socialmente significativa passa por uma reflexão sobre experiências vividas, pelo acesso a experiências que envolvem a observação criteriosa de algo, pela busca de informações com que as detêm ou em fontes onde estão depositadas. Lidar com esses pontos de partida para a escrita é uma tarefa de produção textual, que deve ser destacada da tarefa de redigir em si mesma e merece trabalho. (SIMÕES et al., 2012, p. 161)

Esse espaço de reflexão acerca das vivências e de busca e observação a respeito de informações relevantes tornou-se frequente a partir da dinâmica que foi estabelecida, a qual sempre privilegiava o texto e a relação do estudante para com a leitura. A seguir, detalharemos a metodologia aplicada ao curso, explicitando algumas atividades que guiaram o projeto.

Para pensar sobre a dinâmica de ensino aplicada ao curso de Escrita Criativa, é preciso levar em consideração que nenhuma espécie de método ou manual de ensino de escrita foi utilizado integralmente ao longo do processo. Sendo assim, as aulas foram construídas semana a semana, seguindo uma ordem gradual de conteúdos e tópicos a serem abordados, mas respeitando o ritmo da turma e atendendo às suas demandas. Apesar de haver certa liberdade na elaboração do material e das aulas, aspectos relativos aos fundamentos teóricos que regiam o processo estavam bem consolidados.

O gênero textual estruturante do curso era o conto. A partir disso, eram trabalhados aspectos linguísticos e literários pertinentes a esse gênero, a saber: tipos de narradores e suas funções, espaço, tempo, personagens, enredo, tipologias textuais, diálogos e discursos etc. Todos esses conteúdos eram aprofundados com base nos processos de leitura e produção textual.

Dada a importância do texto, era necessário estabelecer uma forma concreta de como trabalhá-lo. Desenvolvida ao longo das duas primeiras semanas de aula, a dinâmica utilizada no curso logo obedeceu um padrão que ia ao encontro das concepções teóricas orientadoras do projeto. As atividades realizadas passaram a obedecer uma ordem mais ou menos estável: leitura, debate, análise linguística, exercícios de escrita, compartilhamento dos resultados obtidos pelos exercícios, reescrita.

Semanalmente, os estudantes recebiam por e-mail um conto que deveria ser lido em casa para ser debatido e analisado no encontro seguinte. Foram trabalhados contos de diversos autores: Edgar Allan Poe, Ernest Hemingway, Machado de Assis, Clarice Lispector, Giovani Martins, Conceição Evaristo, Chimamanda Adichie, J.K. Rowling, Mia Couto. A partir da leitura, era realizado um breve debate sobre as impressões causadas pelos contos.

Dispostos em círculo, os estudantes tinham muita liberdade para apresentar referências, compartilhando impressões e interpretações com a turma. Nesse sentido, é importante ressaltar que textos teóricos acerca do processo criativo ou interpretações cristalizadas dos contos lidos não foram utilizados diretamente. Deu-se preferência à leitura e à visão que os estudantes constituíam acerca dos textos, com base nas suas vivências e reflexões acerca do processo de criação literária que se desenvolveram ao longo do curso.

Ao falar sobre o processo criador e a imaginação, Silva afirma que a prática da escrita ficcional transforma o ato da leitura. Segundo a autora, quando passamos a escrever ficção, "nossa leitura deixa de ser apenas curiosidade prazerosa e passa a ser o princípio ativo de diversos questionamentos" (SILVA, 2012, p. 90). Assim, oscilar entre os papéis de leitor e autor é fundamental para aprimorar as capacidades comunicativas envolvidas no trabalho com o gênero conto.

Dando sequência à dinâmica, após o debate ocorria um breve momento expositivo, aprofundando algum aspecto referente ao texto lido. Eram trabalhadas questões como o papel do narrador, a construção das personagens, a estrutura narrativa, os diálogos etc. A partir desse momento expositivo, era possível retornar ao conto e relê-lo sob uma lente mais técnica, analisando os recursos linguísticos e literários utilizados pelo autor e os efeitos que esses mecanismos produziam no texto. Em seguida, os alunos realizavam exercícios de escrita rápidos, os quais sempre tinham relação com o tópico estudado na aula e analisado no conto. Após a escrita, os alunos compartilhavam suas produções com a turma, que opinava acerca dos textos, auxiliando os colegas a aperfeiçoar seus escritos.

Ao longo do semestre, além dos exercícios de escrita que estavam presentes em todas as aulas, os estudantes escreveram três contos completos, os quais deveriam apresentar algumas características específicas. Para o primeiro conto, os estudantes deveriam criar um personagem protagonista, o qual seria construído em cima de três aspectos: físicos, sociais e íntimos. Por "aspectos físicos" entendeu-se como aquele personagem era fisicamente, se era homem ou mulher, adulto ou criança, qual era sua profissão etc; por "aspecto sociais" entendeu-se o modo como os outros enxergavam esse protagonista, como ele era compreendido pelos outros personagens da narrativa; já por "aspectos íntimos" desejou-se entender qual era a motivação do personagem, qual seu desejo central, que regeria o conto.

Esse primeiro conto era, na verdade, um exercício de narrativa, uma vez que, dependendo da escolha

do narrador, cada aspecto referente ao personagem seria evidenciado. Um narrador em primeira pessoa, por exemplo, teria muito acesso aos aspectos físicos e íntimos, mas menos acesso aos aspectos sociais. Já um narrador testemunha (que também é um personagem, mas não é o protagonista) teria acesso aos aspectos sociais e físicos, mas pouco entendimento dos aspectos íntimos. Portanto, neste exercício, era preciso abrir mão de características relevantes em nome da coerência da narrativa.

O segundo conto deveria trazer uma história cujo protagonista era um objeto. Os estudantes deveriam elaborar uma narrativa sob o ponto de vista de um objeto, realizar um processo de antropomorfização, personificar um ser inanimado. Como uma máquina de escrever se sente nos dias de hoje? E uma chave? O que será que um saca-rolhas pensa sobre o mundo? A ideia desse exercício era sair da zona de conforto e surpreender-se com o cotidiano, lançando um novo olhar sobre itens corriqueiros em nossas vidas.

O terceiro e último conto deveria trabalhar com elementos fantásticos, por meios dos quais os estudantes escreveriam contos de fantasia, contos de fada ou de realismo mágico. Nesta atividade, os estudantes fizeram uso da fantasia para refletir acerca da nossa realidade.

Os textos produzidos pelos estudantes passavam por avaliações frequentes, que vinham não só do professor que conduzia a turma, como também dos próprios colegas, e que frequentemente contribuíam com dúvidas, sugestões e comentários visando o aprimoramento do texto literário e da figura do aluno enquanto autor. Os comentários realizados pelo professor e pelos colegas ajudaram a criar a consciência de que um texto sempre pode ser melhorado, evidenciando a relevância do processo de reescrita.

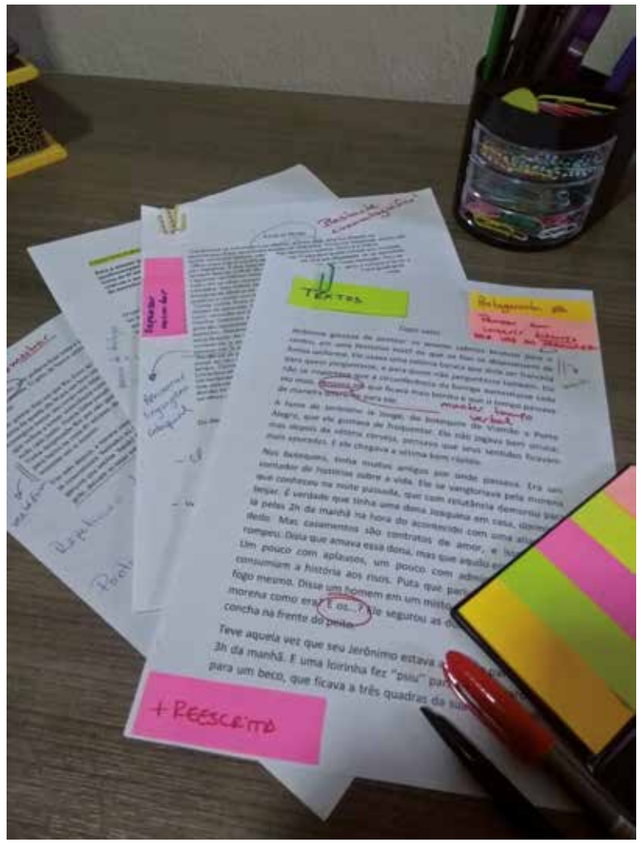


Figura 2 - Alguns textos avaliados.

Fonte: Equipe NELE

Resultados

As reflexões que se originaram a partir dos textos e das interpretações dos estudantes foram profundamente enriquecedoras para que se cumprisse o objetivo do curso. A dinâmica estabelecida em sala de aula permitiu que os estudantes escrevessem sobre os mais diversos temas: amor, morte, confiança, política, traição, medo, futuro, guerras.

Os contos produzidos pelos estudantes mostraram-se extremamente originais e surpreendentes.

Por exemplo, houve quem construísse uma narrativa sob o ponto de vista de um palito de fósforo, preso dentro de uma caixa e esperando para ser queimado; esse texto, por sua vez, também poderia ser uma alegoria para uma criança judia, presa em um campo de concentração, esperando pela morte dolorosa. Houve também quem escrevesse o drama de uma mulher analfabeta, incapaz de ler uma carta de amor; ou a história de um mentiroso compulsivo que encontrava nas mentiras a sua própria verdade.

Figura 3 - Seleção de contos da turma. Fonte: Equipe NELE

Não faltaram bons temas e excelentes narrativas ao longo das aulas e não foram raras as vezes em que os textos e as reflexões abriram espaço para indicações de outras obras artísticas, como livros, filmes, séries e pinturas, que se relacionavam em maior ou menor grau com o conteúdo da sala de aula. Assim foi possível perceber o quanto a intertextualidade está presente em nosso dia a dia, servindo de inspiração para as obras que lemos, assistimos e criamos.

Ao final do curso, cada estudante selecionou um texto produzido ao longo do semestre para revisitar e reescrever. A versão final desse escrito foi incluída em uma breve seleção de contos da turma e impressa em exemplares que foram entregues aos estudantes como lembrança do semestre e materialização do processo de aprendizagem desenvolvido ao longo do curso. Todos os membros da turma levaram consigo ao final da experiência, um texto de cada colega e uma bagagem de leitura mais cheia, além de um novo olhar acerca das obras literárias e do processo de construção de narrativas.

Considerações Finais

A experiência docente, que foi brevemente relatada neste artigo, evidencia a importância de compreender a individualidade de cada estudante e de saber quais são as expectativas da turma para a construção de um projeto de ensino. Cabe ressaltar que sem a disposição e o envolvimento mútuo dos alunos e do profissional docente não é possível estabelecer uma boa relação de ensino e aprendizagem, a qual deve sempre aliar teoria e prática da forma mais clara possível.

O currículo de um curso de licenciatura, apesar de ser complexo e abrangente, abre pouco espaço para a prática docente. Somente as disciplinas de estágio e alguns trabalhos de observação das cadeiras de educação fornecem ao licenciando a oportunidade de vivenciar a sala de aula. É por esse motivo que projetos de extensão como o NELE são tão importantes.

É através da experiência no Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão que muitos estudantes da licenciatura em Letras descobrem-se como professores e exercem sua futura profissão de modo concreto e formativo. Sempre sob

orientação de um grupo de professores especialistas, os alunos conseguem dentro do NELE, aplicar os conhecimentos obtidos ao longo da graduação e colocar em xeque seu próprio processo de aprendizagem ao ensinar os alunos do curso.

Muitas vezes, é a partir da experiência do licenciando no Núcleo que surgem projetos de estágios, materiais didáticos, trabalhos de conclusão de curso e propostas de pesquisas riquíssimas. Esse conhecimento, produzido no e pelo projeto de extensão, engrandece não só o extensionista e a Universidade, mas a comunidade, que acessa esse sistema e também colhe os frutos do ensino ofertado em uma universidade pública e de qualidade.

Os cursos do NELE mostram que a diversidade, a interação e o planejamento são pré-requisitos para a formação de um profissional docente e para o acontecimento de uma aula. Além disso, no caso do curso apresentado neste texto, fica claro que as aulas de "Português: Escrita Criativa" do NELE demonstram que para sermos bons leitores, precisamos, vez por outra, sermos autores. Porque ler é escrever, e escrever é ler. ◂

Figura 4 - Turma de "Português: Escrita Criativa". Fonte: Equipe NELE

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

GERALDI, J. W. (Org.) **O texto na sala de aula: leitura e produção. 2**. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SILVA, Gabriela. O processo criador e a imaginação. In: ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. (Org.) **A Escrita Criativa: pensar e escrever literatura.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2012. p. 90-96.

SIMÕES, Luciene Juliano. et al. **Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura.** Erechim: Edelbra, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. G**ramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 2003.

Os Caminhos do Projeto "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: uma mirada para os acervos históricos"

Gabriela Mathias de Castro: Mestre em Educação – Faculdade de Educação (UFRGS)
Acadêmicos de História: João Francisco Milani de Souza Castro e Regina Rodeghero

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado.
Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história.
(FARGE, 2009, p.14).

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as práticas desenvolvidas ao longo do projeto de extensão "Memórias do Movimento Estudantil na UFRGS: uma mirada para os acervos históricos". Entendemos que o desenvolvimento do Movimento Estudantil (ME) da UFRGS é um elemento significativo da trajetória política da instituição. Assim,

acreditamos ser necessário que os registros históricos sejam devidamente tratados. Portanto, o projeto tem como objetivo mapear, sistematizar e salvaguardar os acervos relacionados ao ME, na intenção de reconstituir os percursos da comunidade discente em diferentes temporalidades. Esta ação também tem o intuito de publicizar a documentação reunida, através da criação de um repositório virtual, permitindo que, no futuro, pesquisadoras e pesquisadores possam se debruçar sobre a temática das lutas estudantis, produzindo conhecimentos diversos e multifacetados sobre o assunto. No mesmo sentido, cabe apontar que o projeto reúne em seu grupo de trabalho, professores e pesquisadores da área da História, Arquivologia e Ciências da Computação, possibilitando um olhar multidisciplinar para essas fontes.

Primeiros Passos

A criação do projeto, formação da equipe e, sucessivamente, a consolidação de uma rotina de trabalho são frutos de um processo que teve sua gênese na primeira visita que realizamos ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS. A ida ao DCE foi fruto dos contatos que estabelecemos com a diretoria no final de 2018. Lá, nos foram disponibilizadas seis caixas que estavam assinaladas com a data referente aos documentos presentes em seu interior, com uma temporalidade que se estendia da década de 1940 até os anos 2000. Esse material estava localizado em armários de metal e sujeitos a ação de traças e poeira. Conforme relatou a coordenadora-geral do DCE que acompanhava nossas incursões, as caixas não vinham sendo manuseadas há muito tempo. Para ela, aquele momento era de descobertas. Para nós, também, afinal não tínhamos um conhecimento prévio sobre qual tipo de documentação seria encontrado ali.

Iniciamos um trabalho de organização conforme as datas dos ofícios, recortes de jornais, periódicos estudantis, entre outros impressos. Cabe assinalar que essa disposição seguiu uma lógica intuitiva, visto que neste momento ainda não haviam arquivistas ligados ao projeto.

Após esse contato com a documentação do DCE, realizamos visitas técnicas em outras entidades estudantis com o propósito de prospectar documentos históricos por elas produzidos ou arquivados. De maneira geral, há certo desconhecimento por parte das gestões sobre o conteúdo destas coleções, embora, em alguns casos, se reconheça um interesse em entender o que os documentos relatam.

Outra etapa foi convidar alguns professores para integrarem o projeto. Foi assim que tivemos uma grata surpresa dada a acolhida da proposta pelos professores Vanderlei Machado (História), Rafael Rocha (Ciências da Computação) e Jorge Vivar (Arquivologia). A partir daí, realizamos as primeiras reuniões de equipe. Nelas, apresentamos a documentação do DCE e definimos as diretrizes do trabalho.

Conversamos com a gestão do DCE, que autorizou a condução do acervo, de modo temporário, para o Laboratório de Arquivologia da UFRGS (Leparq), visando a organização, higienização e posterior digitalização dos documentos. As velhas caixas de papel, que estavam esfarelando, foram substituídas por caixas de plástico. Por ter sido o primeiro local onde realizamos o trabalho de campo, as atividades que emergiram dali tiveram um caráter experimental e, ao mesmo, definiram modelos para as práticas que foram implementadas a posteriori.

Mapeando os acervos

Gradativamente o grupo de trabalho se expandiu e, assim, pudemos nos dedicar a múltiplas tarefas. Dessa maneira, percorremos muitas outras instituições universitárias, tais como o Museu da UFRGS, os Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) da Universidade e o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS). No museu encontramos materiais que haviam sido doados pelo Centro dos Estudantes Universitários da Engenharia (CEUE). Se no DCE a quantidade de materiais era relativamente pequena, no museu nos deparamos com uma massa documental impressionante. Outra diferença em relação ao acervo do DCE era o cuidado dispensado pela instituição aos documentos. De fato, quando falamos de um museu, a expectativa é que a preservação do patrimônio seja uma das suas prioridades. Lá nos deparamos com um arquivo organizado em armários de metal, cujos registros do passado estavam em envelopes, conforme suas tipologias e temáticas. A iluminação e a temperatura da sala da reserva técnica eram adequadas à conservação. Ademais, os documentos se encontravam em processo de sistematização, apesar de ainda não terem passado por um tratamento arquivístico.

Já em relação às visitas aos CAs e DAs da UFRGS, buscamos verificar se neles existiam outros documentos que tratavam das dinâmicas estudantis no passado. Havendo tais arquivos, nos interessava saber quais as condições de custódia, as relações que estabelecem com suas comunidades, a temporalidade que abarcam, entre outros aspectos.

Estivemos no Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), que é o órgão representativo dos estudantes da Faculdade de Direito da UFRGS, e tem suas origens datadas em 1917, conforme seu estatuto. O acervo do CA se encontra em uma sala reservada, onde são desenvolvidas também as atividades administrativas da gestão. O arquivo é constituído por armários de metal em cujo interior foram encontrados boletins, informativos, atas de reuniões e assembleias, extratos bancários, ofícios, correspondências, regimentos, panfletos e jornais do DCE e do CAAR - como exemplo o periódico *A Toga*, que segue sendo editado. Durante estas visitas fizemos um breve levantamento sobre os tipos de documentos encontrados e também fotografamos alguns itens do acervo, para fim de registro. Em suma, neste Centro Acadêmico tivemos contato com documentos datados de 1959 até 1994. Parte do acervo custodiado pelo CAAR se encontra em boas condições de preservação. No entanto, o CA está localizado em uma sala da Universidade que constantemente sofre com alagamentos, que causam a perda de parte do acervo e comprometimento de outros tantos documentos. Os artefatos diretamente atingidos pelas intempéries estão gravemente despedaçados e mofados (Imagem 1). Dessa forma, fica explícita a urgência de um trabalho que trate do acervo de forma a evitar que os danos se agravem.

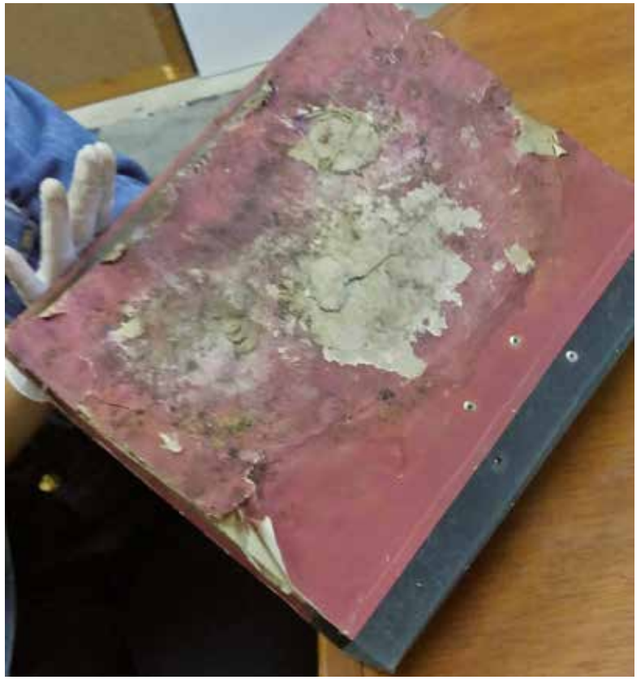


Figura 1: Fichário encontrado no arquivo do CAAR.

Fonte: Equipe do projeto de extensão "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: Uma mirada para os acervos históricos".

Para além das entidades estudantis mencionadas, fomos até o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS), que se situa no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, no Campus do Vale. Chegamos neste acervo por indicação do técnico-administrativo Manoel Passos, que atua no Núcleo e nos apresentou o local. Ele nos informou sobre a presença de documentos referentes a atividades do Diretório Central dos Estudantes. Diante disso, passamos a tratar diretamente com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, responsável pelo Núcleo, para que pudéssemos analisar os documentos ali custodiados.

Realizamos nossa primeira visita ao arquivo do NUPERGS, com toda equipe de bolsistas e acompanhados pelo professor Jorge Vivar. Ali pudemos identificar o tamanho do acervo. Ele conta com 15 caixas e mais 11 pastas de documentos, que estão divididos por décadas, e compreendem o período de 1961 até 1991. Há uma variedade considerável de tipos, desde documentos oficiais como processos, ofícios internos, correspondências e processos externos até panfletos e publicações das mais diversas organizações e entidades estudantis da UFRGS, do Rio Grande do Sul, do Brasil e até de outros países. O acervo é composto em grande medida por documentos do DCE-UFRGS e da UEE/DEE-RS. Quanto à conservação, encontramos documentos em bom estado. Os poucos que não desfrutavam desta condição apresentavam rasgos ou danos (como o desaparecimento do texto feito a partir de uma cópia de mimeógrafo) que impossibilitaram a leitura.

Tivemos contato com pilhas de documentos, mas se o objetivo era mapear os locais que detinham arquivos da vida estudantil da UFRGS, não poderíamos simplesmente nos dar por satisfeitos. Sendo assim, visitamos o Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA), localizado no centro da cidade, na movimentada Avenida João Pessoa, dentro da Faculdade de Ciências Econômicas. Estruturado em um amplo salão, o DAECA divide seu espaço com o Centro dos Estudantes de Relações Internacionais (CERI), o que faz com que o ambiente seja bastante povoado.

Por ser o DAECA um dos diretórios mais antigos da Universidade e comparecer na bibliografia sobre o Movimento Estudantil da UFRGS pesquisada, acreditávamos que a prospecção em seu arquivo poderia lançar luz sobre eventos que já conhecíamos ou ainda, nos apresentar

Figura 2: O grupo na prospecção do acervo do DAECA.

Fonte: Equipe do projeto de extensão "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: Uma mirada para os acervos históricos".

informações que sequer havíamos imaginado. Assim, procuramos entrar em contato com a gestão, que nos abriu as porta

Chegando lá, a coordenadora nos apresentou o espaço e nos conduziu até o segundo andar, onde estaria o arquivo. Funcionando como uma espécie de despensa, a sala é pequena e pouco iluminada, reunindo uma série de objetos e móveis que não são utilizados no cotidiano do Diretório. Ainda nesta sala-despensa foi possível ver um pequeno armário de metal com caixas de papelão e pastas. Ali estava a documentação que nos interessava. A documentação do DAECA, em comparação com o que havíamos especulado e até mesmo em comparação com outros Centros e Diretórios Acadêmicos, era um tanto quanto pequena. Três caixas somavam-se a alguns papéis dispersos em pastas, somando um volume não muito grande de registros. Mas, como diz a expressão "tamanho não é documento", manteve-se o entusiasmo. A cena era engraçada (Figura 2). Nós, nesta sala-despensa, espremidos entre objetos aleatórios, como garrafas, barras de metal, caixotes, e até mesmo uma caixa-d'água, nos sentíamos um pouco como Sherlock Holmes em busca de indícios daquilo que teria sido o ME, e daquilo que faziam os discentes.

Neste instante, como de praxe, nos dedicamos a fazer o inventário dos documentos contidos dentro das caixas. Registramos em nossa planilha os diferentes tipos de materiais contidos no acervo: recibos para prestação de contas, regimentos de eleições, cartazes, panfletos, circulares e ofícios, periódicos estudantis, textos acadêmicos etc. Em meio a esses documentos, encontramos não apenas materiais relativos ao DAECA, mas também ao DCE, como um esqueleto do estatuto da entidade.

Nessas saídas a campo, pouco a pouco fomos descobrindo onde estavam os testemunhos que apontavam para as dinâmicas próprias do DCE. É certo que jamais teremos acesso à totalidade daquilo que foi produzido, o que permaneceu ergue-se como um "documento-monumento" (LE GOFF, 1990, p. 288) para nós. Isso quer dizer que cada fonte tem sua própria história de sobrevivência ao longo do tempo. É verdade que até o momento não sabemos como se deu a criação destes arquivos, mas percebemos que a relação que eles estabelecem com a sua comunidade na contemporaneidade varia conforme o sentido que se atribui aos documentos ali custodiados. Pode-se dizer que tais espaços concentram fragmentos de vidas capturados em papéis (ARTIERES, 2013). Eles são guardiões de uma memória coletiva que mostra sua expressão na medida em que os documentos forem colocados em uma perspectiva histórica.

Sistematizando descobertas: planilhas e quadro de arranjo

Em um processo paralelo às prospecções nos CAs, DAs, DCE e no NUPERGS, procuramos sistematizar os documentos a partir de uma tabela de classificação (Tabela 1). A partir daí, pudemos ter dimensão de qual recorte cronológico era preponderante em cada um dos acervos, bem como as tipologias e as temáticas mais recorrentes. Além disso, pode-se construir coleções de jornais estudantis cujas edições tinham números dispersos em diferentes acervos. Este é o caso dos boletins da UNE. Também elaboramos uma segunda tabela, cujo caráter se aproxima de uma linha do tempo (Tabela 2). Nela, inserimos informações referentes a acontecimentos e processos históricos de diferentes dimensões (em nível local, regional, nacional e internacional). Essa ferramenta possibilitou situar num panorama amplo os episódios que ocorreram na UFRGS. Puderam ser considerados elementos como a legislação educacional, a ação do movimento estudantil em outros países, mudanças de governos e regimes, entre outros aspectos. Esse instrumento facilita a leitura de determinados ofícios e circulares e possibilita o traçar de paralelos.

1	INSTITUIÇÃO DE CUSTÓDIA	TEMPORALIDADE	TIPOLOGIA	DESCRIÇÃO
94	NUPERGS	1970	Caixa 12 - Ofício	DCE solicitando retorno das taxas de matrículas
95	NUPERGS	1972	Fichário "Folhas de Pagamento"	Recibos
96	NUPERGS	1972	Fichário "Documentação Interna"	Notas e Recibos
97	NUPERGS	1972	Processo	Processo referente a discussão interna com funcionária do DCE
98	Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA)	1972	Caixa 3 - Jornal Estudantil	Jornaleco.
99	Centro Acadêmico André Rocha (Direito)	1973	Estatuto	Estatudo CAAR de 1973
100	Centro Acadêmico André Rocha (Direito)	1973	Regimento	Regimento interno
101	Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA)	1975	Caixa 1 - Envelope Amarelo - Publicação	Jornal Jornaleco ago/75. n.18
102	Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA)	1975	Caixa 1 - Publicação	Boletim informativo do DAECA de abril/75 n. 0
103	Diretório Acadêmico da Economia, Contábeis e Atuariais (DAECA)	1975	Caixa 3 - Jornal Estudantil	Jornal "Conjuntura", nº 14.
104	NUPERGS	1975	Pasta 7 - Matriz	"A criatura contra o criador": sobre o início da atuação do recém-eleito presidente do DNE, Paulo Gouveia da Costa
105	NUPERGS	1976	Pasta 11 - Fichas de Inscrição	IV Salão Universitário de Artes
106	NUPERGS	1976	Pasta 11 - Fotografias	Material acoplado na pasta sobre a exposição de arte realização pelo IV Salão Universitário de Artes.
107	NUPERGS	1976	Envelope	Notas Fiscais 1976
108	NUPERGS	1977	Caixa 10 - nota	Nota DEE sobre juventude do MDB

Tabela 1: Instrumento de identificação da documentação presente nos acervos.
Fonte: Tabelas elaboradas pelos membros do projeto de extensão "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: Uma mirada para os acervos históricos".

1	TEMPORALIDADE (AAAA-MM-DD)	ENTIDADE	ENVOLVIDOS (E1; E2; E3)	TOPICO TEMPORAL (Legalidade)	TOPICO ESPACIAL (Porto Alegre, RS,	ACONTECIMENTO (Texto Livre)	FONTES DE INFORMAÇAO (Texto Livre)
49	1965-05	UFRGS	Estudantes e professores da Universidade	Ditadura Civil Militar	UFRGS	Instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária, responsável por inquerir e expurgar servidores e estudantes "comunistas" "não comprometidos com a revolução de 64" busca retirar as entidades estudantis do âmbito político em acordo com a Lei Suplicy	CERUTTI, Marcos Fontana - Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964
50	1965-06	DCE UFRGS	Estudantes da UFRGS	Ditadura Civil Militar	UFRGS	Eleições DCE UFRGS	
51	1966	UEE	DCE UFRGS, UEE	Resistência à ditadura	Porto Alegre/RS	Passeata dos Bixos feita sob censura organizada em parceria entre UEE e DCE UFRGS, rivais na época, estudantes de filosofia foram vencedores com o tema "Liberdade do Homem"	ALVES, Bruna Neves - O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968).
52	1966-04	DCE UFRGS	MEC, DCE UFRGS	Resistência à ditadura	UFRGS	Ministro da Educação debate com estudantes sobre cortes e acordo com USAID a comite do DCE	ALVES, Bruna Neves - O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968).
53	1967	DCE UFRGS	Esudantes e DCE UFRGS	Ditadura Civil Militar	UFRGS	Regimento do DCE de 1967	Documento Acervo DCE

Tabela 2: Instrumento de localização espaço-temporal dos fatos testemunhados nos documentos.
Fonte: Tabelas elaboradas pelos membros do projeto de extensão "Memórias do Movimento Estudantil da UFRGS: Uma mirada para os acervos históricos".

As planilhas, em especial a que diz respeito à linha do tempo, nos auxiliaram na elaboração do quadro de arranjo. Este é um esquema estabelecido para a organização dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo, sendo uma expressão adotada em arquivos permanentes (GONÇALVES, 1998). O desenvolvimento de um quadro de arranjo para os documentos faz parte dos objetivos do nosso projeto. As entidades produtoras (os CAs e DAs e o DCE) com as quais temos trabalhado, possuem uma grande quantidade de material que foram elaborados ao longo da história, documentos estes representativos das práticas dos estudantes a elas vinculados. Em nossas visitas técnicas, notamos a ausência de uma orientação histórico-arquivística que pudesse ser acolhida pelas associações estudantis no trato com o patrimônio documental que custodiam. O quadro de arranjo é um recurso que oferece uma contribuição no sentido de definir o lugar de cada um desses registros, sendo então, uma ferramenta útil para viabilizar investigações, haja vista que o pesquisador encontrará documentos reunidos em fundos ou em coleções de modo coerente.

Reconstruindo os percursos

A vasta documentação levantada até o momento nos leva a entender que a catalogação e digitalização dos acervos, bem como a disponibilização deles, pode ser uma ferramenta para pesquisadores/as que desejarem escrever sobre o Movimento Estudantil Gaúcho, especialmente da UFRGS. O diálogo existente entre os diferentes acervos que já visitamos denota uma complexa rede de organização estudantil com articulação relevante entre as mais diversas entidades da UFRGS, do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Nos acervos dos Diretórios Acadêmicos, há um número grande de documentos relativos a encontros e congressos nacionais de estudantes. Tratando-se dos eventos discentes, encontramos panfletos e publicações de diferentes tendências que podem ser relevantes para se ter uma visão ampliada daquilo que orbita a institucionalidade no Movimento Estudantil. Filiações políticas, relações pessoais entre diretorias de diretórios, dia-a-dia das entidades, entre outros aspectos que comparecem nestes impressos. Além disso, são relatadas variadas discussões sobre os caminhos da democracia brasileira no período da redemocratização, bem como eventuais debates sobre socialismo, reforma agrária e análises de conjuntura visando diferentes países. As capas de periódicos, seus desenhos e charges são também ricos para o desenvolvimento de estudos. Enfim, como temos apontado, a própria (r)existência deles no contemporaneidade e no passado é algo pertinente. Vejamos, é necessário um número grande de pessoas para produzir um jornal e o fato de os centros estudantis conseguirem realizar isso com periodicidade sugere uma forte organização das entidades.

Nosso trabalho de prospecção também encontrou um sem-número de documentos que, para além das produções estudantis, nos oferecem o retrato midiático que era dado ao Movimento Estudantil e ao contexto de relações que o circundavam. Na forma de recortes de jornais de grande e pequena circulação no estado e até de outras partes do país, reunidos e organizados pelo DEE/UEE e DCE, matérias, notícias e manchetes descrevem o cenário político que envolvia o universo secundarista e universitário. Por meio deles, apreendemos suas reivindicações e a forma como eram divulgados os eventos organizados pelas entidades. A seleção de conteúdo dos jornais arquivados pelas entidades era feita pelos próprios estudantes que nelas atuavam. Até o momento, a maior parte do que encontramos desse formato de documentação diz respeito à década de 1970, de forma que a generalidade das matérias se refere a restrições impostas pelos governos militares à atuação política de discentes. Essa é uma temática que pode se revelar interessante àqueles que estudam o período da ditadura civil-militar.

Considerações parciais

Em nossos caminhos temos percebido, cada vez mais, possibilidades de ação que se somam aos objetivos prescritos no âmbito do Projeto. A atuação nas entidades fez com que encontrássemos colaboradores "nativos", ou seja, estudantes dos cursos abrangidos pelas siglas dos Centros e Diretórios Acadêmicos. Estes, ao notarem o interesse sobre os arquivos de seus CAs e DAs, estão sendo estimulados a relacionarem com a história do ME da UFRGS, identificando a necessidade de conservação e divulgação dos documentos a ela relacionados. Por exemplo, um de nossos Diretórios Acadêmicos parceiros, o DAFA/CADe, que reúne os discentes de Arquitetura e Design, mantém um mural onde são anexados documentos considerados representativos das atividades dos estudantes militantes do curso em épocas passadas. Além das ações dentro da Universidade, percebemos potencial em trabalhar com ambientes externos, como escolas públicas e privadas, a fim de fomentar reflexões sobre o Movimento Estudantil ontem e hoje. Há potencialidades diversas quando misturamos nossos esforços voltados ao patrimônio documental com estratégias didáticas. Ao que vemos, portas estão se abrindo a partir do trabalho desenvolvido junto aos acervos e, cabe a nós entender quais caminhos vamos percorrer. ◄

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: A Propósito de Certas Práticas de Autoarquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel. ROUCHOU, Joëlle. HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

Diversos Corpos Dançantes:
criando cultura e empoderando comunidades através da dança

Carla Vendramin: Curso de Licenciatura em Dança ESEFID/UFRGS
Márcio Pizarro Noronha: Curso de Licenciatura em Dança ESEFID/UFRGS
Acadêmicos de Licenciatura em Dança ESEFID/UFRGS: Consuelo Vallandro, Daniel Elizeu de Souza Fagundes e Laura Bernardes da Silva

O grupo Diversos Corpos Dançantes (DCD) surgiu em abril de 2014 como projeto de extensão do Curso de Licenciatura em Dança da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID/UFRGS), proposto pela professora Carla Vendramin, a qual o coordenou até 2018. Em 2019 o projeto passou a ser coordenado pelo professor Márcio Pizarro Noronha. A ação de extensão DCD fomentou processos artísticos, a informação e formação em dança direcionada à prática com grupos mistos de pessoas com e sem deficiência, potencializando a sinergia entre diferentes corpos e contextualizando o lugar socialmente construído da d/eficiência. A ação propôs uma poética de integração entre diversas pessoas, seus corpos, seus movimentos e suas experiências.

Relação extensão-pesquisa-docência

Entre 2014 e 2019, a ação de extensão foi vinculada ao projeto de pesquisa "A Dança com Pessoas com Deficiência e Grupos de Habilidades Mistas", da professora Carla Vendramin. O pro-jeto realizou parceria com a Universidade de Coventry (Inglaterra) em 2017, 2018 e 2019, financia-do pelo *Exchange Programme do British Council* no Brasil, que resultou no lançamento do e-book "Trocando, movendo, traduzindo pensamentos sobre dança e deficiência". Alunos de graduação e pós-graduação, professores da UFRGS e de outras instituições participaram dos seminários e pales-tras realizadas nesse período. Destaca-se também a aula inaugural realizada na ESEFID em 2018 sob o título "A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, uma Perspectiva a partir da Dança".

Entre 2014 e 2018, as ações de pesquisa e extensão foram envolvidas na disciplina *Estudos em Dança, Corporeidade e Saúde 1*, que foi ministrada pela professora Carla Vendramin no Curso de Licenciatura em Dança ESEFID/UFRGS. Os alunos participaram dos seminários, de oficinas do Diversos Corpos Dançantes e em aulas realizadas in loco na APAE Vila Nova e na Kinder - Centro de Integração da Criança Especial.
A inter-relação extensão-pesquisa-docência proporcionou ampla participação das comunidades geral e acadêmica. O acompanhamento e registro das ações foram feitas através de fotografias e vídeos, e muitos deles registrados no CEME - Centro de Memória do Esporte da ESEFID.

Vendramin (2019) reflete sobre a dança envolvendo pessoas com deficiência, como um campo de atuação e conhecimento em expansão no RS. A autora faz um apanhado de projetos de-senvolvidos por ela e analisa os projetos encontrados nos cursos de graduação em dança das univer-sidades do RS. Segundo a autora:

> Os projetos de extensão das universidades, com grupos mistos ou específicos, possuem objeti-vos distintos quanto ao que estão oferecendo aos seus participantes. O mote de Poéticas da Diferença e Ensaio Artístico Clínico (UFPEL) foi de desenvolvimento pedagógico. Viver faz a diferença, Dança para pacientes de AVC e Dança & Parkinson (UFRGS) estiveram voltados a questões de saúde como forma de tratamento e melhora da qualidade de vida. Diversos Corpos Dançantes (UFRGS), Dança e Diversos Corpos (UFSM - licenciatura), Projeto Um Corpo no Mundo (UFSM - bacharelado), Grupo de Dança DownUP e Dança com Surdos (ULBRA) se caracterizam por desenvolverem processos e performances artísticas. As ações propostas nas universidades demonstram que existe um fluxo contínuo de trabalhos na área da dança e deficiência no RS. (VENDRAMIN, 2019, P.58-59)

A ação de extensão Diversos Corpos Dançantes e todos os desdobramentos feitos no pro-grama de extensão Dança e Deficiência, desenvolvidos através do curso de licenciatura em dança da UFRGS, vêm colaborando para uma formação de qualidade dos alunos, ampliando conhecimento à comunidade e gerando relações também com universidades dentro do RS.

Criando cultura em relacionar-se com as diferenças

Noronha (2019) atenta para a cadeia de questões histórico-antropológicas presentes nas rela-ções sobre a deficiência, e questões estéticas relacionadas às artes. O corpo dissonante provoca e reflete uma rede de relações subjetivas, envoltas no emaranhado social. O autor traz a obra "Ores--teia" da companhia italiana Rafaello Sanzio, expondo que os corpos salientam ali um abraço à es-tranheza, indo de encontro a um manifesto do amor à anormalidade. Vendramin (2019) discute a partir do capacitismo empregado na sociedade, os mitos e paradigmas que gera. Suas questões

se centram sobre o quanto o capacitismo está atrelado à percepção da deficiência pela sociedade, como ele informa o público na recepção de uma obra artística e o quanto ele pode estar presente nas rela-ções educacionais. No que se refere ao arejamento das questões trazidas pelos autores, a ação conti-nuada do DCD desempenhou um papel em direção à promoção de mudanças culturais, enfatizando o importante papel das artes no contexto social e o papel da universidade ao alcance da comunida-de. Com isso, possibilita a criação de uma cultura de compartilhamento e redefinições sobre o corpo e a d/eficiência, suas relações estéticas na dança e de como nos afetamos e nos encontramos a partir desses acionamentos.

A ação de extensão promoveu a participação de pessoas independentemente de suas condições de d/eficiência e, de ter ou não, experiência prévia em dança, atingindo um público entre 16 a 68 anos de idade. Houve a formação de um grupo central de dançarinos com os quais se desenvolveram as produções artísticas e, além disso, houve uma série de ações voltadas à informação e à formação em dança, as quais foram progressivamente atingindo um grande número de pessoas. A cada ano as produções artísticas tiveram focos, objetivos e estratégias diferentes, contando com a participação dos dançarinos que permaneciam no grupo, os artistas colaboradores que passaram por ele e os novos dançarinos que chegavam a cada ano. Na figura 1, a reprodução do cartaz de divulgação de espetáculo realizado no Theatro São Pedro em Porto Alegre, 2015, criado pela professora Carla Vendramin em colaboração com os artistas e dançarinos participantes.

Figura 1: Cartaz da apresentação artística realizada no Theatro São Pedro em 2015. A atividade tem referência na tabela 01 deste artigo. Arte: Gráfica da UFRGS.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zfv9FdTpQb8> acesso em 23/04/2020

Como estratégia de expansão de suas atividades à comunidade, a ação de extensão agregou centros culturais, realizou apresentações artísticas (Tabela 1) e oficinas (Tabela 2) em várias opor-tunidades dentro da UFRGS e em diversos locais da cidade. Foram realizadas aulas regulares, ofici-nas abertas e apresentações artísticas na Casa de Cultura Mario Quintana, de 2014 ao primeiro se-mestre de 2016 e, novamente, durante o ano de 2018. Em 2019 as oficinas regulares passaram a ser realizadas no Centro Cultural da UFRGS, tendo seguimento num formato novo no ano de 2020. Entre 2016 a 2018 foi feito uma parceria com o Instituto Ling para a realização de oficinas abertas que aconteceram uma vez por mês aos sábados.

Em 2019 as oficinas do Instituto Ling foram assu-midas por Daniel Elizeu Fagundes e Laura Bernardes, independentemente do projeto de extensão DCD, e que foi nomeado pelos alunos como Diversidade Dançada até 2019. Daniel e Laura também coreografaram o trabalho artístico apresentado no 1º FID-POA (Festival Interna-cional de Dança de Porto Alegre)[1] . Dessa forma, o DCD, também gerou lugar no mercado de trabalho da dança para os alunos que obtiveram experiência profissional trabalhando como moni-tores do projeto.

1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FLPYfXELiMA>. Acesso em 22/04/2020.

Tabela 1 – Apresentações artísticas.

2020: Mostra de Dança de Verão (Teatro Renascença).

2019: Arraial das Artes (Casa do Fumproarte), 1º e 2º Mostra de Dança Inclusiva (Teatro Renascença), Mostra dos Processos Artísticos dos Projetos de Extensão do Curso de Dança ESEFID (Salão de Atos UFRGS), MIX Dance (Salão de Atos UFRGS), Sarau das Artes / CAPS/ Museu de Porto Alegre, Dia da Cultura UFRGS / Centro Cultural da UFRGS.

2018: 1º FIDPOA (Theatro São Pedro), 2º Mostra Dança Acessível (Travessa Cataventos na CCMQ), Mostra de Processos Artísticos dos Projetos de Extensão do Curso de Dança ESEFID (Salão de Atos UFRGS), SEURS - Seminário de Extensão Universitária Região Sul (apresentação no saguão do Centro Cultural UFRGS) Abertura da Bienal do Jogo (Salão de Eventos da Reitoria UFRGS).

2017: 1º Mostra Cena Acessível CCMQ, APAE Vila Nova, Mostra Espaço N, Abertura da Pós-Graduação da FACED, Abertura da Pós-Graduação da Fisioterapia da UFRGS, Mostra de Processos Artísticos dos Projetos de Extensão do Curso de Dança ESEFID-UFRGS.

2016: V Encontro Estadual de Dança do RS, Abertura da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência no Palácio do Judiciário, 1º Mostra Gestos Contemporâneos no Theatro São Pedro.

2015: Mostra de Projetos de Extensão em Dança da ESEFID/UFRGS, Projeto Integre-se no Teatro do Centro Cultural da Santa Casa, Seminário Internacional de Lazer ESEFID-UFRGS, Theatro São Pedro.

2014: Travessa Cataventos da Casa de Cultura Mario Quintana, Praça da Alfândega, Semana Municipal da Pessoa com Deficiência na Usina do Gasômetro, Semana de Aniversário da Casa de Cultura Mario Quintana, Seminário da Conferência sobre Direitos das Pessoas com Deficiência na ESEFID-UFRGS, Teatro Carlos Carvalho, Encontro Estadual de Dança do RS.

Tabela 2 – Relação e número de oficinas/ participantes

Número de oficinas oferecidas	Número de participantes
2014: Oficina regular de abril a dezembro na CCMQ. **2015:** Oficina regular de março a dezembro na CCMQ, **2016:** Oficina regular de março a junho na CCMQ. Oficina aos sábados no Instituto Ling, realizada uma em novembro e uma em dezembro. **2017:** Oficina do *Dia Internacional da Dança* em parceria com artistas da *Sala 209* da *Usina do Gasômetro* em 29 de abril. Oficinas no *Projeto Dancei* em Caxias do Sul. Oficinas aos sábados no *Instituto Ling,* uma vez ao mês, nos meses de junho, agosto, setembro e dezembro. Oficina no projeto Cena Acessível – Cena Diversa na CCMQ em julho. Oficinas uma vez ao mês, aos sábados na CCMQ, nos meses de outubro e novembro. Oficina " A arte da palhaçaria" para integrantes do DCD, ministrada por Ariadne Antico, Diogo Cábuli e Renato Junior na CCMQ **2018:** Oficina regular na CCMQ, Oficinas um sábado ao mês no Instituto Ling de março a dezembro. Oficina no projeto Cena Acessível – Cena Diversa na CCMQ. **2019:** Oficinas abertas regulares no Centro Cultural da UFRGS, Oficina no Sul em Contato	**2014:** 23 participantes / 6 equipe de trabalho. **2015:** 20 participantes / 8 equipe de trabalho / fluxo de participantes esporádicos não registrado. **2016:** 15 participantes / 15 equipes de trabalho. Participantes esporádicos e das oficinas no Instituto Ling não registrados. **2017:** 12 participantes / 31 equipes de trabalho / número total de participantes das oficinas abertas não registrado. Oficinas no Instituto Ling: 109 **2018:** 14 participantes / 9 equipes de trabalho. Oficinas no Instituto Ling: 214 * As informações provenientes dos documentos de relatórios de extensão mostram apenas o número de participantes que fizeram parte do grupo principal de criação artística e a equipe de trabalho. A participação nas oficinas abertas e o número de participações esporádicas não foram registrados, com exceção de 2017 onde existiu um registro de extensão específico para o projeto no Instituto Ling. Em 2018 o número de participantes foi registrado pelo próprio Instituto Ling. **2019:** 14 participantes / 4 equipes de trabalho, oficinas abertas: 20

Figura 2 - Bailarinos do Grupo Diversos Corpos Dançantes da turma de 2019, em oficina no Centro Cultural da UFRGS, Sala Laranjeira. Esta atividade está referenciada na tabela 2. Relação dos bailarinos: Miriam Niedermeier, Cleonice Conceição, Daniel E. Fagundes, Gessi Lopes, Gustavo Lopes Pinós, Rosani Favero, Rosaura Severo, Katie Niedermeier, Tatiana de Lima, Júlia Fávero, Gisele Souza, Denise Brose, Bruno Likes, Vera Coronel, Consuelo Valandro.
Foto: Márcio Pizarro Noronha

Figura 2 - Bailarinos do Grupo Diversos Corpos Dançantes da turma de 2019, em oficina no Centro Cultural da U-FRGS, Sala Laranjeira. Esta atividade está referenciada na tabela 2. Relação dos bailarinos: Miriam Niedermeier, Cleonice Conceição, Daniel E. Fagundes, Gessi Lopes, Gustavo Lopes Pinós, Rosani Favero, Rosaura Severo, Katie Niedermeier, Tatiana de Lima, Júlia Fávero, Gisele Souza, Denise Brose, Bruno Likes, Vera Coronel, Consuelo Valandro. Foto: Márcio Pizarro Noronha

Construindo empoderamento comunitário

O grupo central do DCD foi se desenvolvendo através de ações participativas que se intensi-ficaram entre 2016 e 2018. Em 2016 foi iniciado um processo de construção de um sonho comum através da metodologia *Dragon Dreaming*[2], facilitada por Pedro Lunaris, que naquele momento era aluno de Teatro no Departamento de Artes Cênicas da UFRGS, e através dos grupos de estudo em docência e de processos organizacionais.

As conversas daquele ano definiram quatro princípios norteadores do grupo: i) a arte como suficiência, ii) o corpo como suficiência, iii) a prática de autonomia, e iv) o desejo de dançar como alicerce gerador de pulsão e impulsão. Em 2017, o grupo intensificou suas discussões sobre questões de autonomia e fez um seminário em que o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS foi convidado. Esse foi um período em que o grupo artístico fechou a entrada para novos participantes e focou em desenvolver processos internos de organização, porém as oficinas abertas continuaram a serem oferecidas e com uma variação maior de lugares. Também foram realizadas aulas de inter-câmbio de experiência com outros projetos de extensão do curso de dança, como o Ballet da U-FRGS e o Dança & Parkinson.

Formação profissional na área da dança

O desenvolvimento em docência e nos processos

2. CROFT, John. GUIA PRÁTICO DRAGON DREAMING: Uma Introdução Sobre como Tornar seus Sonhos em Realidade Através do Amor em Ação. Janeiro de 2014. <https://www.dropbox.com/s/tokq298ciiesy4s/Guia%20Prático%20Dragon%20Dreaming%20v02.pdf?dl=0> Acesso em 19/12/19

organizacionais resultou em uma progres-siva tomada de gerenciamento e maior respon-sabilidade por parte dos alunos monitores, ministrando aulas regulares, oficinas, criando e ensaiando as coreografias. Dessa forma, os estudantes monitores tiveram oportunidade de adquirir experiência como professores de dança, aprendendo a entender as estruturas de uma aula, colocando em prática o que estudaram, compreendendo a diversidade de corpos e como desenvolver suas habilidades criativas e de movi-mento. Além disso, eles também experienciaram e aprimoraram o olhar cênico e coreográfico dentro do grupo artístico, colocando em prática processos criativos, pensando e repensando a estética da dança. Além dos processos ar-tísticos e de docência, os alunos monitores fizeram parte dos processos organizacionais, vivenciaram o gerencimento do grupo e a produção de projetos, o que os preparou para o mercado de trabalho na área da dança.

O projeto atraiu a participação de professores graduados de fora da UFRGS permitindo tam-bém seu desenvolvimento e experiência sobre a dança com grupos mistos de pessoas com e sem deficiência. Além da criação de estruturas de improvisação e coreografia com recursos da dança contemporânea, em 2017 – 2018 a colabo-ração de Bianca Bueno destacou-se pela criação de uma coreografia de salsa. Bianca é professora de dança no Clube Social Pertence[3]. A coreografia de Sal-sa foi apresentada no SEURS, na Bienal do Jogo na UFRGS e em diversas outras ocasiões. Dança-ram: Ana Carolina Brondani, Marta, Miriam Niedermeier, Bianca Bueno, Bróder, (Guaraci Oliveira), Cleonice Conceição, Daniel E. Fagundes, Gessi Lopes, Gustavo Lopes Pinós, Rosani Favero, Rosaura Severo, Katie Nieder-meier, Rogério P. França, Tatiana de Lima

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-NVD7tL33Q>. Acesso em 22/04/2020

Metodologia das aulas de dança

As aulas se constituíram baseadas no acesso perceptivo ao corpo. Sempre se iniciavam com a geração de uma atmosfera que facilitava com que os participantes entrassem em contato consigo

3. < https://clubesocialpertence.com.br>. Acesso em19/12/19

Figura 3 - Coreografia "Salsa" de autoria de Bianca Bueno em apresentação realizada em 2017, no Projeto Cena Acessível no Teatro Carlos Carvalho da Casa de Cultura Mario Quintana. Foto: Juliana Nólibos
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-NVD7tL33Q>. Acesso em 22/04/2020

mesmos e mergulhassem no encontro da poesia do seu movimento pessoal, reconhecendo-o como dança. Através do que chamávamos de "escuta", os participantes foram estimulados a ampliar a esfera de alcance do seu próprio corpo para a relação uns com os outros e depois, de forma mais abrangente, para o espaço, observando as dinâ-micas que o grupo criava (relação Corpo-Outro-Espaço). A pergunta "o que podemos construir juntos" permeava a criação. Foram desenvolvidos conteúdos e ferramentas comumente utilizados na improvisação em dança, como uso de imagens, objetos, relações de atenção espacial e cinestésica. As performances foram geradas com estruturas abertas de improvisação ou pela mistura destas com escores coreográficos definidos, dependendo do processo criativo que foi necessário para cada ocasião.

Todo corpo é dançante, desde que se proponha a estar disponível, a experimentar e a encon-trar seus meios, mesmo nas limitações que possa apresentar. Isso está implicado não única ou ne-cessariamente ao que se possa definir como deficiência. Também são dançantes as cadeiras de rodas e muleta, recursos que foram usados para descobrir como construir diferentes formas de criar, e entendo-os como objetos parceiros de dança. A variação de corpos gera pensar em como propor uma mesma atividade acionada por diferentes sensações, como exemplo, pelo toque, pelo som, pela atenção ao gesto etc. As oficinas abertas, realizadas em variados lugares de Porto Alegre em 2017, e as oficinas no Instituto Ling foram espaços para que toda e qualquer pessoa pudesse experienciar a dança e repetir sua visita sem compromisso de continuidade e assidui-dade. O trabalho do grupo artístico e as oficinas regulares de dança que aconteciam duas vezes por semana, exigiam disciplina e um comprome-timento maior dos dançarinos para os ensaios, além do desenvolvimento das per-formances. O trabalho conduziu uma estética pautada nas sutilezas das relações encontradas entre corpos cotidianos, fazendo emergir a consciência da presença cênica dos dançarinos e a habilidade de conexão e sinergia do grupo. De 2014 a 2017, as performances artísticas foram criadas pela pro-fessora Carla Vendramin em colaboração com o grupo. Em 2017, Bianca Bueno criou a coreo-grafia Salsa e, em 2018, Daniel Elizeu Fagundes e Laura Bernardes criaram a coreografia "O Corpo, A Culpa, O Espaço".

Em 2019, o grupo iniciou um projeto com oficinas abertas ao público, além de dar continui-dade aos ensaios do grupo base. Essas aulas abertas tinham o objetivo de alcançar pessoas com de-ficiência, dentro e fora da Universidade, que quisessem ter uma nova prática de dança: pessoas com e sem deficiência vindas de diversos lugares, como alunos da graduação e pós gradu-ação, alunos de projetos de extensão, servidores da Universidade e pessoas não conectadas a UFRGS. As oficinas alcançaram um público em torno de 40 pessoas, sendo 20 pessoas vinculadas ao projeto e uma média de público flutuante entre o primeiro e o segundo semestres, de 20 pessoas. As aulas seguiam a metodologia construída nos anos anteriores pela professora Carla Vendramin e desdobrada nos pro-cessos formativos, com ênfase para a participação de Daniel Eliseu Fagundes e as experimentações evoluindo das relações com o Corpo, o Outro e o Espaço. No fim do processo do segundo semestre, a turma criou uma apresentação de meia hora mostrando coreografias criadas durante as aulas. Estas foram parte integrante das ações desenvolvidas no Dia da Cultura UFRGS, em 7 de dezembro de 2019.

No segundo semestre de 2019, o grupo-base iniciou um segundo projeto chamado "Encon-tros com Mestres". Esse projeto trazia diretores e coreógrafos de outros grupos para desen-volver novos trabalhos com o Diversos Corpos Dançantes. Assim, Desirée Pessoa, Waleska Van Helden e Rui Moreira trouxeram suas experiên-cias e compartilharam momentos de criação com os bailarinos, gerando novas coreografias que mais tarde foram apresentadas em eventos que o grupo foi convi-dado. Desirée Pessoa minis-trou aulas de teatro com base em experimentos

do teatro-jornal, fazendo uso de elementos do cotidiano dos membros do grupo. Waleska Van Helden desenvolveu um traba-lho voltado para a memória sensorial, experimentando elementos como o café, o chocolate e a la-ranja, com aromas, paladares e formas. Rui Moreira assinou um trabalho coletivamente com o grupo, num processo de criação conjunta voltada também para a memória e improvisação. Assim, os três artistas convidados exploraram de formas diferentes as questões da memória sensorial, corporal, afetiva e das lembranças visuais.

Premiações e reconhecimento

O projeto foi destaque nas Tertúlias do Salão de Extensão da UFRGS em 2016 e 2017, e em 2018 na Mostra Interativa. Além das premiações, o reconhecimento do grupo na UFRGS foi sendo pautado pelos inúmeros convites que recebeu para realizar apresentações, muitas vezes até, sem poder atender a todos eles. Salvo as apresentações realizadas na ESEFID, o grupo dançou a convite de outras unidades, como na aula inaugural da pós-graduação na Faculdade de Educação da U-FRGS (FACED), em 2017, e colaborando com outros projetos, como a Bienal do Jogo em 2018.

O Diversos Corpos Dançantes foi também reconhecido na cena da dança de Porto Alegre, convidado para participar na Mostra Gestos Contemporâneos em 2016 e Mostra de Dança Espaço N em 2017, e ainda dançou nos teatros mais conhecidos de Porto Alegre como o Teatro Renascença, Centro Cultural Santa Casa, Theatro São Pedro e nos teatros da Casa de Cultura Mario Quintana. Em 2018 o grupo foi convidado a abrir um dos dias do FID POA (Festival Internacional de Dança de Porto Alegre) apresentando a core-ografia "O Corpo, A Culpa, O Espaço" de Laura Bernardes e Daniel Elizeu Fagundes. Em 2018, o DCD recebeu o Prêmio Açorianos de Destaque em Dança Contemporânea da Secretaria Muni-cipal de Cultura de Porto Alegre.

Resultados das ações do DCD:

Acadêmicos:

- Desenvolvimento da formação profissional dos alunos de graduação.

- Projeção na área da dança com grupos mistos, dança e deficiência, com publicação sobre os pro--cessos e resultados.

- Participação de alunos de graduação e pós--graduação, com estímulo à pesquisa a partir das expe-riências vivenciadas na extensão.

- Movimento em direção à internacionalização através da parceria realizada com a Universidade de Coventry e British Council.

Área da dança:

- Desenvolvimento de processos metodoló-gicos de ensino da dança e criação de estru-turas de im-provisação a partir da relação corpo-outro-espaço.

- Desenvolvimento de uma estética de corpos cotidianos em processos artísticos com criação de performance.

- Projeção do projeto como um modelo no trabalho com grupos mistos na cena da dança local e como ação de extensão universitária.

- Ampliação do público e de sua percepção com relação a dança com grupos mistos.

- Ampliação do mercado de trabalho e da partici-pação de pessoas com deficiência na dança.

Comunitários e culturais:

- Desenvolvimento de processos participativos, estímulo ao exercício da autonomia.

- Popularização da dança com grupos mistos e estímulo a dançarinos sem deficiência a expe-rimen-tarem processos de criação juntos.

- Melhora da percepção social e da auto-imagem de pessoas com deficiência como dançarinos.

Acessibilidade:

- Quebra de padrões de conceitos fechados sobre d/eficiência através das ações nas apresentações artísticas, em oficinas e seminários.

- Conscientização sobre as necessidades de melhoria de acessibilidade em teatros, estúdios de dan-ça e centro culturais para receberem dança-rinos com deficiência.

- Melhora da acessibilidade atitudinal em relação a pessoas com deficiência.

Considerações finais:

Destaca-se a abrangência e a repercussão do projeto de extensão DCD promovendo mudan-ças da visão social sobre d/eficiência com um trabalho delicada-mente estruturado, refletido e ideali-zado conjun-tamente por seus participantes, equipe de trabalho e colaboradores, ressignificando mo-delos estéticos na dança, metodologias de trabalho e gerando compartilhamento comunitário.

Em 2020, o foco está na retomada do processo formativo e colaborativo interno, mas aberto à colaboração e à entrada de novos membros. A perspectiva inter, multi e transdisciplinar irá confi-gurar um conjunto de rodas de conversa e ações culturais e artísticas de grupo, tendo como inte-grantes convidados, os membros do grupo Diversos Corpos Dançantes (DCD). Alguns membros foram indicados a operar em novas instâncias da vida comunitária acadêmica, como a indicação de dois participantes para o Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (CEP/UFRGS), sendo representan-tes da comunidade para o ano de 2020. Também foi dado o início de uma conversa colaborativa com o grupo de Estudos da Deficiência da Antropologia (UFRGS). O fortalecimento com os laços acadêmicos foi uma proposição gerada ao final do ano de 2019, quando todos percebemos a impor-tância da composição entre a ação artística e a ação acadêmica propriamente dita. Deste modo, o projeto se posicionará e se localizará em ações na ESEFID/UFRGS nos turnos vespertino e noturno, e no Centro Cultural da UFRGS no turno da tarde. Operaremos com a combinação entre leituras, rodas de conversa, assistência de filmes, aulas práticas, programa de mestres colaboradores e a en-trada de novos integrantes no processo formativo de grupo, tanto do ponto de vista de novos mem-bros dançantes quanto da entrada de novos estudantes de dança para atuarem e se profissionalizarem no campo de atuação da dança e deficiência. ◄

REFERÊNCIAS

NORONHA, Márcio Pizarro. In: Questões histórico antropológicas e pontuações estéticas no trata-mento da deficiência e do deficiente - ensaio de reflexões provisórias no tema. VENDRAMIN, Car-la; WHATLEY, Sarah; MARSH, Kate; BLADES, Hetty; (orgs). **Trocando, Movendo, Traduzin-do: pensamentos sobre dança e deficiência.** Porto Alegre, UFRGS, 2019. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/prorext/acoes-sobre-danca-e-deficiencia-no-brasil-e-reino-unido-lancam-e-book/> <https://www.coventry.ac.uk/research/areas-of-research/centre-for-dance-research/journals/> Acesso em 23/04/2020.

VENDRAMIN, Carla. Repensando Mitos Contemporâneos: o capacitismo. **Anais do III Seminário Internacional Repensando Mitos Contemporâneos: Sofia: Entre o saber e o não saber nos processos artísticos e culturais.** Memória, experiência e invenção. Campinas, UNICAMP, SP, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389> Acesso em 23/04/2020

_____ Dança e Deficiência no Rio Grande do Sul: processos e registros sobre um campo de conhecimento em expansão. In: VENDRAMIN, Carla; WHATLEY, Sarah; MARSH, Kate; BLADES, Hetty; (orgs). **Trocando, Movendo, Traduzindo: pensamentos sobre dança e deficiência. Porto Alegre**, UFRGS, 2019. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/prorext/acoes-sobre-danca-e-deficiencia-no-brasil-e-reino-unido-lancam-e-book/> <https://www.coventry.ac.uk/research/areas-of-research/centre-for-dance-research/journals/> Acesso em 23/04/2020.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial na Escola do Campo:
Relato de Experiência

Kenia Fabiana Cota Mendonça: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – UFVJM
Sorele Carpanez Veiga Corrêa: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – UFVJM
Ernandes José da Silva: Bacharel em Serviço Social

O projeto de extensão "Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)" foi criado em 2014 pela Secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e as Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Os NEDET's atuaram nos Territórios da Cidadania, criados a partir de 2003, após uma década de execução da Política Territorial implantada pelo Governo Federal. Estes núcleos tiveram como finalidade promover a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e para a articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania[1].

Os NEDET's, por meio da extensão, alavancaram o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, uma vez que a Extensão realimentou a comunidade acadêmica com problemas e informações sobre o contexto socioeconômico e ambiental dos territórios que estavam inseridos, trazendo subsídios para a reflexão em sala de aula e aprimoramento para as futuras ações de pesquisa e extensão.

No escopo deste projeto de extensão, destacaram-se os Colegiados Territoriais, órgãos de instância máxima dentro dos Territórios da Cidadania, que possuíam como representantes membros do poder público e da sociedade civil e buscavam fortalecer a cultura política democrática de estreitamento nas relações entre o Estado e a sociedade.

Este artigo relata a experiência da extensão realizada no período de 01/02/2014 a 31/12/2016 do NEDET[2] junto ao Colegiado Territorial do Vale do Mucuri e teve como premissa a interação social que escutou, compreendeu e criou novos conhecimentos tanto para o saber acadêmico quanto para o saber popular.

O Vale do Mucuri

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri abrange 27 municípios e atingiu, em 2010, 438.257 habitantes, sendo 65,98% correspondente à zona urbana, e 34,02% dos habitantes da zona rural, de acordo com a classificação do IBGE (2010). Contudo, utilizando a metodologia de classificação da população em rural e urbana proposta por Veiga

1. O Programa Território da Cidadania buscava acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, tendo como estratégia o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008). Jesus (2013) afirma que a constituição dos Territórios da Cidadania (TCs) partiram dos Territórios Rurais (TRs) que possuíam os maiores índices de pobreza, ou seja, aqueles com menor incidência socioeconômica foram priorizados.

2. O NEDET do Vale do Mucuri foi composto por doze membros da comunidade acadêmica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni.

Figura 1: Povo Machacalis. Fonte: Marcelo Sant´Anna, 2016

et al (2001)[3] , tem-se que 26 municípios são rurais, ou seja, 328.181 habitantes do Vale do Mucuri residem em áreas rurais.

Este Território localiza-se na porção leste do Estado de Minas Gerais, onde se encontram grupos culturalmente diferenciados, compreendendo 16.612 famílias de agricultores familiares, 205 famílias assentadas (MDA, 2014), 19 comunidades remanescentes de quilombola (SILVA, 2010) e três terras indígenas descontínuas do povo Machacalis (FUNAI, 2014). Destaca-se, portanto, a diversidade e a inclusão frente ao desenvolvimento desta política pública que visou garantir o Impacto e a Transformação social dos envolvidos nas atividades extensionistas do NEDET.

Lopes e Gusmão (2012) observaram que o Vale do Mucuri tem uma das menores rendas *per capita*, uma das maiores proporções de pobres e alguns dos maiores índices de desigualdade de Minas Gerais, sendo a desigualdade de renda intramesorregional um indício para a incidência de pobreza na região.

Corroborando os autores e considerando a dimensão socioeconômica do Território, observou-se ainda que todos os municípios do Vale do Mucuri possuem indicadores inferiores à média de Minas Gerais, que atingiu 0,773, embora existam melhorias nos Índices de Desenvolvimento Humano entre os anos de 1991 e 2010 (IBGE, 2010). Deste modo, a implantação das políticas de desenvolvimento rural foi relevante para fomentar o dinamismo econômico da região.

O histórico do Colegiado

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri foi idealizado em 2003 com a parceria do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri (AMUC), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As plenárias do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri inicialmente foram sediadas pela AMUC, que também coordenava as atividades do articulador territorial. Posteriormente, estas funções foram repassadas para a Associação Aprender a Produzir Juntos (APJ) que, acreditando no Programa Territórios da Cidadania, esforçou-se para manter um número mínimo de encontros anuais dos atores sociais do Vale do Mucuri.

No período de 2003 a 2008, não foram encontrados registros escritos de realização de plenárias do Colegiado. Já no período de 2009 a março de 2014, ocorreram 11 reuniões, com uma média de 3,6 plenárias por ano, excluindo-se os anos de 2011 e 2012, em que estas não ocorreram. Os principais assuntos discutidos nestes encontros foram os Programa de Infraestrutura da Agricultura Familiar (PROINF) e o planejamento e prestação de contas do articulador territorial.

No ano de 2009, as reuniões do Colegiado contaram com a participação média de aproximadamente 55 membros e a presença média aproximada de 18 dos 27 municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Mucuri. Em 2010 e 2013, a participação média aproximada nas plenárias do Colegiado foi de 45 e 50 membros, representando 15 e 13 municípios, respectivamente.

Cabe ressaltar que, de acordo com relatos dos membros do território, as convocações para as plenárias eram seletivas, ou seja, nem todos os municípios eram convidados a participar, visto que existiam dentro do Território dois grupos políticos antagônicos e um destes grupos exercia influência nas decisões e convocações para as referidas plenárias.

No que diz respeito à periodicidade, as reuniões do Colegiado aconteciam conforme necessidade de aprovação de projetos como PROINF e a prestação de contas do articulador territorial e da base de serviços. Na prática, não existiam membros representantes oficializados e nem pauta para discussões mais amplas.

3. De acordo com Veiga *et al* (2001), o município é considerado rural quando a sua população for inferior a 50.000 habitantes e sua densidade demográfica for inferior a 80 hab./km^2.

A chegada do NEDET no Colegiado Territorial

Inicialmente, os membros do NEDET Mucuri, ao apresentarem-se para as organizações da sociedade civil e entidades públicas, foram recebidos com desconfiança. Isto porque existia um grupo de pesquisadores da UFVJM que atuava junto ao Colegiado desde 2010.

Percebeu-se que por motivos políticos, de lealdade, de confiança ou pelas relações já estabelecidas com a equipe, que os atores sociais se sentiram receosos, no primeiro contato, em apoiar o NEDET. Contudo, no decorrer do primeiro ano de trabalho, os membros do Colegiado apreenderam ser possível mais de um grupo de pesquisa e extensão atuarem juntos ao Território.

Outro aspecto que inicialmente trouxe reservas entre alguns membros atuantes no Território para com a equipe do NEDET foi a fase de contratação dos assessores territoriais. Historicamente, dentro do Colegiado, os articuladores territoriais eram escolhidos por indicação. Contudo, a metodologia adotada para a contratação dos assessores, definida pelos coordenadores dos NEDETs junto com a coordenação geral, foi a utilização de critérios mais objetivos. Procedimento este que não foi apoiado por alguns membros do Território.

Entretanto, a equipe do NEDET insistiu na referida metodologia pois, sabia-se que a utilização e a ampla divulgação de um edital para contratação dos assessores permitiria isonomia de tratamento entre os interessados pela assessoria, reduziria atritos que poderiam ser gerados pela escolha de um ou de outros dos indicados e possibilitaria a participação de assessores capacitados e autônomos para a execução das atividades propostas aos núcleos. Fatos, estes, que se comprovaram na prática.

Assim, foi somente a partir das visitas *in loco* (em sindicatos, associações, prefeituras, EMATERs, dentre outras instituições) realizadas nos 27 municípios do Vale do Mucuri que o NEDET passou a ser legitimado pelos membros do Colegiado. Foram realizadas, no mínimo, uma visita em cada um dos 27 municípios que contaram com a participação média, aproximada, de dez atores sociais por visita. Percebeu-se que o NEDET do Vale do Mucuri foi respeitado pelo trabalho que desenvolveu, considerado parceiro do Território da Cidadania do Vale do Mucuri e referência para seus aproximadamente 100 membros.

Figura 2: Plenária do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri com a participação da sociedade civil e poder público. Fonte: Ernandes José da Silva, 2015

Resumindo, pode-se afirmar que o NEDET do Vale do Mucuri passou por quatro fases distintas no período de sua atuação: (1) a busca por seu reconhecimento e legitimação junto aos membros do Colegiado; (2) período de conhecimento mútuo; (3) oposição de alguns membros do território em relação à política pública dos NEDETs; (4) legitimação do NEDET junto ao Colegiado.

As mudanças no Colegiado

O NEDET do Vale do Mucuri organizou e apoiou, contando com o ajuda da APJ, 23 plenárias Territoriais, sempre precedidas de reuniões com o Núcleo Diretivo. Foram realizadas 26 reuniões do Núcleo Diretivo para definição de pauta, distribuição de encargos e metodologias a serem utilizadas nestes encontros. Além destes, ocorreram 3 reuniões das Câmaras Temáticas do Território onde foram discutidas as funções de cada câmara, as principais prioridades de atuação e a elaboração de uma proposta de plano de trabalho por câmara.

O Colegiado do Vale do Mucuri possuía uma dinâmica própria para o desenvolvimento de suas atividades e a principal agenda pautava-se sobre o PROINF. Com o início das atividades do NEDET, ocorreu a desconstrução e, posterior construção de uma nova dinâmica e metodologia para organização das assembleias colegiadas.

Em primeiro lugar, as agendas das reuniões do Colegiado passaram a ser, além do PROINF, o papel do Território da Cidadania do Vale do Mucuri; a política territorial; a forma de atuação do próprio Colegiado; a reformulação de regulamentos internos; a composição de câmaras temáticas; o programa Água para Todos e suas problemáticas; a Área de Preservação Ambiental, APA do Mucuri; o projeto piloto lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a Regularização Fundiária de alguns municípios do Vale, dentre outras.

Apesar de muitas vezes conflituosas, estas reuniões foram úteis tanto para os membros do Colegiado quanto para a equipe do NEDET, visto que neste espaço social ocorreu o aprofundamento nestas temáticas e os participantes tornaram-se mais capacitados.

A metodologia de organização da plenária e mobilização da mesma também mudaram, isto porque diferente da atuação do articulador, o NEDET do Vale do Mucuri atuava de forma coadjuvante, destacando sempre a autonomia e liderança do Colegiado. O objetivo da equipe do NEDET era que os membros do território fossem capazes de dar continuidade às atividades do

Figura 3 – Reunião da Câmara Temática Água e Biodiversidade do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri.
Fonte: Ernandes José da Silva, 2015

Colegiado independentemente da existência ou não de articuladores ou assessores territoriais.

Assim, as convocações para reuniões eram realizadas por e-mail, que conforme debatido em assembleia do Colegiado, era a melhor forma de atingir todos os municípios e representantes do território. As plenárias passaram a ser coordenadas e secretariadas pelos próprios membros do Colegiado. Esta metodologia provocou os atores sociais a tomarem para si a responsabilidade pela realização das plenárias, dos problemas do Território e da necessidade de não somente encontrar soluções para estes problemas, mas também de implementarem ações coletivas que viabilizem a resolução dos mesmos.

Ainda, em reunião do Colegiado, ficou acordado que as plenárias passariam a ser realizadas mensalmente e, que seus membros fossem indicados obrigatoriamente pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de cada município. A última iniciativa foi bem avaliada pela equipe do NEDET, visto que a indicação pelo CMDRS seria um fator aglutinador e de fortalecimento do território e dos próprios conselhos municipais. Deste modo, a assessoria pode direcionar seu trabalho com aval dos CMDRS e não líderes isolados que buscavam monopolizar a política territorial.

Importante destacar que as mudanças realizadas no Colegiado só foram possíveis devido as potencialidades internas do mesmo, destacando-se as Redes, tanto a Rede de Colegiados Territoriais, que vez ou outra se apresentava na figura de algumas lideranças, suas articulações e demandas de outros territórios, como as Redes de Economia Solidária, os Comitês de Bacias, as Federações e Confederações dos Sindicatos, entre outras. Estas redes permitiram de forma positiva um intercâmbio com âmbito maior ao do território, influenciando diretamente na tomada de decisões, mas até então pouco exploradas para o desenvolvimento do território.

Salienta-se, ainda, que os membros do Colegiado eram atores sociais articulados e com experiência no Programa Territórios da Cidadania e outras políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Neste sentido, o Colegiado desenvolveu a participação das instituições e lideranças que se tornaram um forte tecido social, com suas diversas articulações e conexões. Existia, ainda, um emaranhado de pequenos grupos e redes dentro do território, nas diversas áreas, que possibilitou o fortalecimento desse tecido.

As mudanças na academia

A equipe do NEDET pautava-se na premissa de que o projeto era uma oportunidade de troca de saberes entre os atores sociais envolvidos com o Território da Cidadania do Vale do Mucuri. Nesse processo, a equipe atuou como facilitadora/assessora, relacionando-se cooperativamente com o Colegiado, no sentido de contribuir para que refletissem sobre suas próprias preocupações, detectassem seus problemas e planejassem ações para a mudança de sua realidade social.

Portanto, a postura adotada pelos membros do NEDET Mucuri era de se abster frente às questões políticas dentro e entre os municípios e atores sociais do Vale. A equipe do referido NEDET, apesar da rotatividade, trabalhava bem em grupo e seus membros compartilhavam conhecimento e experiências entre si. Além disto, acreditavam no Programa Territórios da Cidadania e no projeto NEDETs, sendo portanto, representantes dessas ideias. O relacionamento interpessoal entre os membros da equipe foi pautado na confiança e honestidade e a relação da equipe com os membros do território pautado no respeito mútuo e diálogo.

O NEDET dialogava bem com os membros do território. A equipe não demonstrava preferências ou animosidades entre pessoas e instituições, todos eram tratados iguais e atentamente ouvidos. A facilidade de comunicação pôde ser considerada o ponto forte da equipe, pois permitiu que ideias fossem trocadas, apresentadas e, quando aprovadas,

acolhidas por outros atores do território.

Tratava-se de uma equipe multidisciplinar composta por sete discentes, dois docentes e três técnicos, constituída por contadores, administradores, cientistas sociais, assistentes sociais e agrônomos, fato este que permitiu diversos olhares, teóricos e metodológicos, sobre o mesmo objeto: o Colegiado do Território da Cidadania do Vale do Mucuri.

Como principais avanços podem-se citar o reconhecimento da agricultura familiar como foco de projetos de ensino, pesquisa e extensão; a visibilidade do Território da Cidadania do Vale do Mucuri pela comunidade acadêmica; e a aproximação dos membros do Colegiado à Universidade, visto que anterior ao início dos trabalhos do NEDET, a UFVJM era representada por somente um grupo de pesquisa.

Como desafio, menciona-se a ruptura do modelo de interação da UFVJM junto ao Colegiado, pois a Universidade era vista como uma instituição que atuava de maneira política com vistas a interferir nas decisões tomadas pelo Colegiado. O NEDET do Vale do Mucuri, por ter apresentando uma postura técnica e científica, rompeu com este estereótipo.

A UFVJM passou a ser vista como uma instituição de ensino voltada para formação, criação, divulgação e ampliação dos diversos níveis de conhecimentos; de pesquisa mediante o confronto da realidade com as necessidades da sociedade por meio da resolução de problemas; e de extensão, que realimenta a comunidade acadêmica com problemas e informações sobre o contexto socioeconômico do território ao mesmo tempo em que leva subsídios necessários para a reflexão e aprimoramentos do próprio território.

Quanto à participação e desenvolvimento dos profissionais do NEDET, pode-se afirmar que o conhecimento foi adquirido e compartilhado, pois era preciso dominar um amplo leque de temas, principalmente surgidos nas plenárias, para que a equipe pudesse desempenhar seu papel de assessoria junto ao Território.

Neste sentido, os profissionais do NEDET aprenderam a associar os conteúdos teóricos à realidade do Território, formando assim, recursos humanos capazes de disseminar conhecimento sobre o Programa Territórios da Cidadania de uma maneira geral, mas também atentando para as minúcias e particularidades do Território da Cidadania do Vale do Mucuri.

Foi um aprendizado em que os profissionais não se pautaram somente na teoria, mas na sua aplicação através do conhecimento obtido junto aos membros do Colegiado por meio do diálogo, da participação, das relações estabelecidas, da valorização do saber e do conhecimento. Portanto, a formação da equipe pode ser descrita como um saber/conhecer contextualizado.

Os bolsistas participaram de qualificações, eventos, pesquisa de campo, reuniões do Colegiado, planejamento das atividades e redação de produção científica. Esse conjunto de atividades contribuiu para o desenvolvimento da visão interdisciplinar do acadêmico. A vivência proporcionada pelo NEDET representou um conjunto de experiências que complementaram as habilidades e competências do bolsista contextualizado em seu ambiente.

Considerações Finais

Percebeu-se que a assessoria do NEDET contribuiu para as atividades do Colegiado do Território do Vale do Mucuri, visto que organizou o funcionamento, ainda que precário, das suas instâncias, ponto de pauta constante em plenárias; o Colegiado passou a se reunir com maior frequência, o que fortaleceu e diversificou as discussões sobre a problemática territorial; elevou-se o número de municípios participantes no órgão, produzido pelo tratamento isonômico do NEDET; os atores sociais tornaram-se protagonistas nas plenárias; os membros do Colegiado obtiveram conhecimento sobre o Regimento Interno, o PTDRS, política territorial, plano safra, água, etc. Ademais, a carga de conhecimento produzida será de grande valia para os envolvidos no projeto.

Ainda, o desenvolvimento do projeto NEDET fortaleceu a interação sociedade-universidade; a formação de recursos humanos com maior conhecimento e entendimento sobre a temática territorial; e despertou os discentes da UFVJM para as atividades de pesquisa e de extensão, demonstrando que uma universidade não é construída somente pelo ensino.

Uma característica a ser potencializada no Território da Cidadania do Vale do Mucuri é a capacidade de organização dos atores sociais e a disposição dos mesmos em buscarem melhorias para o território, contudo, muitas vezes desmotivados pela falta de resultados. Ainda, como potencialidade do território, observou-se o desejo por conhecimento dos membros do CODETER que eram conscientes de que este é de grande valia para as suas causas sociais.

A política territorial como foi sugerida e sempre lembrada por membros do território, deveria ser uma política construída de baixo para cima, que ouviria as necessidades dos beneficiados. Uma boa política territorial deveria ser pensada, ouvindo e atendendo as necessidades do local onde ela será aplicada, pois dessa forma seria melhor aproveitada por seus beneficiários.

Assim, a política territorial enquanto um esforço para o desenvolvimento do território por meio da inserção e valorização da agricultura familiar estava aquém do desafio. Além disto, era pouco conhecida pela sociedade em geral, e precisava ser acolhida pela população para ganhar legitimidade no sentido de não se tornar refém de períodos políticos históricos no Brasil.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a implantação do NEDET no Vale do Mucuri representou uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos (professores, estudantes, técnicos, atores sociais, agentes públicos etc.), visto a gama de conhecimentos adquiridos e compartilhados no período de realização do projeto, não pautado somente na teoria, mas uma formação que pode ser descrita como um saber/conhecer contextualizado.◂

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o programa Território da Cidadania e dá outras providências.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Machakali**. Brasília: FNAE, 2014. Disponível em: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/maxakali/povo>. Acesso em: 15 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades.** Informações diversas. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em: 10 fev. 2017.

JESUS, Clesio Marcelino de. **Desenvolvimento territorial rural:** análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

LOPES, André Luiz Santos; GUSMÃO, Gisele de Cássia. **A relação entre pobreza e desigualdade na região norte de Minas Gerais.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/arquivos/A%20RELA%C3%87%C3%83O%20ENTRE%20POBREZA%20E%20DESIGUALDADE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Vale do Mucuri – MG.** Brasília: MDA/SGE, 2014.

SILVA, Eva Aparecida da. Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: reflexões preliminares de pesquisas. **Revista Identidade!** São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>. Acesso em: 10 abr. 2013.

VEIGA, José Eli da *et al*. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@prorext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer à hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a que se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12; margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, no qual serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 1; Quadro 2, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Conselho Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores *ad hoc*. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pelo Conselho Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.

Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

UFRGS
PROREXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor
Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora
Jane Fraga Tutikian

Pró-Reitora de Extensão
Sandra de Deus

Revista da Extensão n.20
Porto Alegre, julho de 2020
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editora
Claudia Porcellis Aristimunha

Editor Assistente
Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação
Paulo Baldo

Revisão
Marcos Almeida Pfeifer
Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Conselho Editorial
Enock da Silva Pessoa (Universidade Federal do Acre)
Deise Cristina de Lima Picanço (Universidade Federal do Paraná)
Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)
George França dos Santos (Universidade Federal do Tocantins)
Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)
Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)
José Antônio dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Mónica Bussetti (Universidad Nacional de San Luis - Argentina)
Pantelis Varvaki Rados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)

Presidente do Conselho Editorial
Sandra de Deus (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Revista da Extensão

A Extensão vista de perto
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5° andar. Bairro Farroupilha
CEP 90040-060 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3436 / 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@prorext. ufrgs.br